



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 27 de Julho de 2018.

Edição 2804 | Páginas: 22

7ª LEGISLATURA | 52º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 009/2018

DEPUTADO JALSER RENIER (SD) - Presidente

ZÉ GALETO (SD)

LENIR RODRIGUES (PPS)

JOAQUIM RUIZ (PTN)

CORONEL CHAGAS (PRTB)

ANGELA ÁGUIDA (PP)

MARCELO CABRAL (MDB)

GEORGE MELO (DC)

NALDO DA LOTERIA (PSB)

CHICO MOZART (PRP)

AURELINA MEDEIROS (PTN)

BRITO BEZERRA (PP)

VALDENIR FERREIRA (PV)

SOLDADO SAMPAIO (PC DO B)

OLENO MATOS (PC DO B)

MECIAS DE JESUS (PRB)

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

Superintendência Legislativa

- Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 007/2018 02

- Ata da 2694ª Sessão Ordinária - Íntegra 02

- Ata da 2695ª Sessão Ordinária - Íntegra 12

Superintendência Administrativa

- Resoluções nº 413 a 417/2018 19

SUMÁRIO

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
AUTÓGRAFO - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2018

Autoriza o Poder Executivo a utilizar os recursos de que tratam os Arts. 128 e 128-A, da Lei Complementar nº 54, de 31 de dezembro de 2001 e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos dos Fundos de que tratam os Arts. 128 e 128-A, da Lei Complementar nº 54, de 31 de dezembro de 2001, até 31 de dezembro de 2018, no valor de até 20% (vinte por cento), inclusive, dos valores aplicados, com a obrigação de recompor aos respectivos Fundos à razão de 1/60 (um 60 avos) ao mês, a partir de 31 de dezembro de 2019.

§1º A obrigação de recomposição de que trata o caput do Art. 1º obedecerá às regras de atualização monetária nos termos da legislação vigente.

§2º Os recursos oriundos de que tratam o “caput” deste artigo só poderão ser usados para assegurar os pagamentos de salários aos servidores ativos e inativos dos órgãos da administração pública direta, indireta, autarquias, fundações e demais servidores do Estado, bem como pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Roraima (RPPS/RR) e a seus dependentes, e, ainda, para reposição do Fundo Estadual da Saúde - FUNDES, criado pela Lei nº 16, de 25 de junho de 1992, em decorrência de calamidade na saúde pública, se decretada.

§3º A utilização dos recursos que trata o caput do Art. 1º também poderá assegurar exclusivamente a manutenção das atividades básicas da Educação e Segurança Pública.

Art. 2º Fica instituído o Fundo Garantidor Estadual FGE/RR, com a finalidade de prestar garantia de pagamento a obrigação de que trata o caput do art. 1º.

§1º No caso de os bens, depositados no Fundo Garantidor Estadual FGE/RR, excederem os valores já destinados à finalidade descrita no caput do art. 1º, o montante excedente poderá compor patrimônio IPER (Instituto de Previdência do Estado de Roraima).

Art. 3º O patrimônio do Fundo Garantidor Estadual FGE/RR poderá ser composto de:

I - ativos de propriedade do Estado, excetuados os de origem tributária, observando-se os limites legais;

II - ações de sociedade de economia mista estadual que excedam o limite necessário à manutenção do controle societário pelo Estado;

III - rendimentos obtidos com a administração dos recursos do Fundo, tais como os provenientes de depósitos bancários e aplicações financeiras;

IV - dotações consignadas ao Fundo na Lei Orçamentária Anual do Estado;

V - recursos provenientes de convênios, contratos e acordos celebrados com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e

VI - doações, subvenções, auxílios, contribuições ou quaisquer outras transferências de pessoas jurídicas ou naturais, observada a legislação pertinente.

VII - bens imóveis relacionados no Anexo Único desta lei, bem como o produto de sua alienação.

§1º Os bens e direitos transferidos ao Fundo Garantidor Estadual FGE/RR serão objeto de avaliação especializada que deverá conter laudo fundamentado, com indicação dos critérios de avaliação adotados e instruídos com os documentos relativos aos bens avaliados.

§2º A Fazenda Pública do Estado fica autorizada a alienar os bens imóveis relacionados no Anexo Único desta lei, desde que tenham sido previamente desafetados, com a finalidade de incorporação do produto desta alienação ao Fundo Garantidor Estadual FGE/RR.

Art. 4º O Fundo Garantidor Estadual FGE/RR será gerido e administrado pelo IPER (Instituto de Previdência do Estado de Roraima)

§1º Os valores do Fundo Garantidor Estadual FGE/RR serão depositados em instituição financeira oficial, em conta distinta da conta única do Tesouro do Estado, competindo ao IPER (Instituto de Previdência do Estado de Roraima) efetuar as devidas prestações de contas.

§2º Os demonstrativos financeiros e os critérios para a prestação de contas do Fundo Garantidor Estadual FGE/RR observarão as normas

gerais sobre contabilidade pública e fiscalização financeira e orçamentária, conforme disposto na legislação pertinente ao assunto.

Art. 5º A dissolução do Fundo Garantidor Estadual FGE/RR ficará condicionada à prévia quitação da totalidade das parcelas de que tratam o caput do art. 1º ou liberação das garantias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Antônio Augusto Martins, 26 de julho de 2018.

Deputado Estadual **JANIO XINGÚ**

2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual **CHICO MOZART**

3º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual **NALDO DA LOTERIA**

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2694ª SESSÃO, EM 11 DE JUNHO DE 2018

55º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA

= **ORDINÁRIA** =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS

(Em exercício)

Às nove horas do dia onze de junho de dois mil e dezoito, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima nonagésima quarta Sessão Ordinária do quinquagésimo quinto período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Masamy Eda** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queiram discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação nº 209, de 28/05/18, da Deputada Aurelina Medeiros ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 06, Paredão, município de Alto Alegre-RR; Indicação nº 210, de 28/05/18, da Deputada Aurelina Medeiros ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 02, Paredão, município de Alto Alegre-RR; Indicação nº 211, de 29/05/18, da Deputada Aurelina Medeiros ao Governo do Estado, para recuperação da estrada de acesso à comunidade do Samã II, município de Pacaraima-RR; Indicação nº 212, de 29/05/18, da Deputada Aurelina Medeiros ao Governo do Estado, para recuperação de 5 km da estrada de acesso à comunidade de Karumã, município de Pacaraima-RR; Indicação nº 213, de 29/05/18, da Deputada Aurelina Medeiros ao Governo do Estado, para recuperação da estrada de acesso à comunidade do Contão, município de Pacaraima-RR; Indicação nº 214, de 30/05/18, do Deputado Zé Galeto ao Governo do Estado, para recuperação da ponte localizada na Vicinal 22, município de São Luiz-RR; Indicação nº 215, de 30/05/18, do Deputado Zé Galeto ao Governo do Estado, para implantação de manilhas no córrego da estrada da Vicinal Serra Dourada, km 3, município de São Luiz-RR; Indicação nº 216, de 22/05/18, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, para reforma e ampliação da Escola Estadual São Sebastião do Uailan, localizada no município de Uiramutã-RR; Indicação nº 217, de 22/05/18, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 17, localizada no município de Mucajaí-RR; Indicação nº 218, de 22/05/18, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, para reforma da ponte de 10 metros localizada na entrada da Vicinal 17, no município de Mucajaí-RR; Indicação nº 219, de 22/05/18, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 11, localizada no município de Mucajaí-RR; Indicação nº 220, de 04/06/18, do Deputado Gabriel Picanço ao Governo do Estado, para recuperação da vicinal que dá acesso à Comunidade Raimundão, município de Alto Alegre-RR; Memorando nº 016, de 05/06/18, do Deputado Jânio Xingú – 2º Vice-Presidente, informando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 5, 6 e 7 de junho do corrente ano. **DIVERSOS:** Comunicado nº AL244868, de 23/01/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 2.460,00 (dois mil quatrocentos e sessenta reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Santa Teresa; Comunicado nº AL244869, de 23/01/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Sílvio Leite; Comunicado nº AL244870, de 23/01/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 14.470,00 (quatorze mil quatrocentos e setenta reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Isete Evangelista Albuquerque; Comunicado nº AL244871, de 23/01/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 1.730,00 (mil setecentos e trinta reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Leila Maria da Silveira; Comunicado nº AL244872, de 23/01/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Indígena Vovó Terezinha da Silva; Comunicado nº AL244873, de 23/01/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Waldinete de Carvalho Chaves; Comunicado nº AL244874, de 23/01/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vila Jardim; Comunicado nº AL244875, de 23/01/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 1.930,00 (mil novecentos e trinta reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria do Perpétuo Socorro Freire Brandão.

Era o que constava de Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais oradores inscritos e não havendo Ordem do Dia para esta Sessão, neste momento, transformaremos a Sessão em Comissão Geral, atendendo ao Requerimento nº 46/18, aprovado anteriormente, momento em que esta Casa receberá o Secretário Estadual de Saúde, senhor Ricardo de Queiroz Lopes, para prestar esclarecimentos sobre as dificuldades enfrentadas pela Saúde no Estado.

Está suspensa a Sessão.

(Reaberta a Sessão).

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Convido o Senhor Deputado Brito Bezerra para que conduza à mesa dos trabalhos o Senhor Ricardo de Queiroz Lopes, Secretário de Estado da Saúde. Convido, para compor a mesa dos trabalhos, o Procurador do Estado, Doutor Temai; O Presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Senhor Melquesedek da Silva Menezes.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, vi que Vossa Excelência convidou o senhor Melquesedek para fazer parte da Mesa, mas quero dizer que ele pediu para informar que está licenciado, porque pretende disputar as eleições, e ele não pode representar o Sindicato. Então, temos aqui, representando o Sindicato, a Dona Maria de La Paz Peres. Querira registrar também, Senhor Presidente, a presença da Conselheira Regional de Psicologia, Rayssa Helena de Souza Lemos; a Presidente do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais, Roselandia Soledade Ribeiro; a Representante do Conselho de Nutrição, Fabíola Gibson; Representante do Conselho de Enfermagem de Roraima, enfermeira Luzia Rodrigues; e, por fim, o representante do Sindicato dos Trabalhadores Cíveis Efetivos do Poder Executivo do Estado de Roraima, Antônio Leal. Se Vossa Excelência permitir convidá-los para fazer parte, eu ficaria muito agradecido e honrado.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Acatado o pedido de Vossa Excelência. Solicito que os mesmos se dirijam à mesa dos trabalhos.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, dou por aberta a presente Comissão Geral, convocada conforme Requerimento nº 46/18, aprovado anteriormente pela maioria absoluta dos votos dos deputados desta Casa, oportunidade em que o Secretário Estadual de Saúde, Senhor Ricardo de Queiroz Lopes, prestará esclarecimentos sobre as dificuldades enfrentadas pela Saúde no Estado.

Senhoras e Senhores, damos início a esta Comissão Geral,

recebendo o Senhor Ricardo de Queiroz Lopes, Secretário de Estado da Saúde, para que faça uma explanação, de até uma hora, sobre as atividades daquela pasta.

Informo aos senhores Parlamentares que, após a explicação do senhor Secretário, cada parlamentar poderá fazer uso da palavra por até três minutos, com direito a dois minutos para a réplica.

O Senhor **Ricardo de Queiroz Lopes** – Bom dia, ilustres deputados. Quero agradecer o convite do ilustre Deputado Jorge Everton, para estar aqui presente nesta audiência, avalizado pelo Deputado Chagas, para fazer uma explanação sobre esses 30 dias à frente da Secretaria de Saúde, da qual tenho uma grande responsabilidade. Entendo que devemos agir com bastante prudência quando falarmos sobre saúde. O Estado, assim como o Brasil, tem esse tema como um dos principais itens de dificuldade, uma vez que muitos hospitais a nível de Brasil estão fechando as suas portas. Temos grandes exemplos no Rio Grande do Sul, Manaus, com a Beneficência Portuguesa, que é do conhecimento de todos. O governo vem desempenhando um grande esforço para manter a nossa saúde em dias com o apoio das grandes classes sindicais relativos à saúde, a convite do Deputado Jorge Everton, que trouxe a indagação sobre as questões relativas à área de cardiologia. Então, hoje, eu trouxe as nossas ações para esse item específico, porém posso explicar sobre outros que, porventura, queiram debater dentro das possibilidades. Sobre as perguntas que eu não tiver a resposta no momento, fico à disposição para esclarecimentos futuros, peço apenas que sejam materializadas em expediente. Dessa forma, a nossa ação à frente da Saúde nesses primeiros trinta dias foi o de restabelecer o abastecimento de medicamentos, o qual foi concluído em menos de vinte dias. A questão dos materiais, há muito tempo, não estamos tendo êxito na aquisição por licitação, pois 100% das licitações não estão sendo atingidas. Existe essa deficiência. O Estado de Roraima, às vezes, como é colocado por alguns fornecedores, a distância dificulta a entrega, a manutenção dos equipamentos, e nós estamos trabalhando para resgatar essa situação dentro da saúde, buscando otimizar os recursos que são disponibilizados para a Saúde, de forma responsável e buscando aplicar melhor cada centavo que lá é colocado. Eu venho convocando algumas classes de especialistas para ouvi-los. Já estive com a especialidade dos oftalmologistas, com a oncologia, cardiologia, e estamos buscando agendar a equipe de ortopedia. Recebemos a saúde, ainda com vários processos, ainda que encerrando-os. Dentre eles, posso destacar os de limpeza e a conservação das unidades hospitalares. Processos esses que estão em fase final de licitação. Quanto às empresas do interior, as suas unidades estão concluindo esse processo. Esta semana deve estar sendo homologada a empresa vencedora para serviços de cooperação, limpeza e lavanderia. Outro processo já está caminhando, que é o processo para a manutenção das unidades hospitalares da capital, que está em fase de cotação. Então, sobre a demanda do Deputado Jorge Everton, que fala sobre ações para cardiologias, o que eu tenho a colocar são alguns números...

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Só para esclarecimento, Presidente. Secretário, gostaria de ler o Requerimento aprovado aqui pela Casa só para que Vossa Excelência possa tomar conhecimento: requer a convocação do Secretário de Saúde, Senhor Ricardo de Queiroz Lopes, para prestar esclarecimentos sobre as dificuldades que a saúde do nosso Estado vem enfrentando. É um tema geral sobre as dificuldades, e a gente ainda complementou no Requerimento o seguinte: na oportunidade, deve ainda elucidar as razões pelas quais não está sendo realizado em nosso Estado o procedimento de cateterismo há mais de 30 dias. Então, só para que você entenda, a convocação não é específica apenas sobre o cateterismo, é para tratar as dificuldades de saúde no nosso Estado e, também, para falar do cateterismo.

O Senhor **Ricardo de Queiroz Lopes** – Então, podemos concluir a explanação sobre esses primeiros trinta dias, e aí eu fico à disposição para responder as perguntas. Pode ser? As ações desenvolvidas relativas aos contratos administrativos, como havia falado, que estão vencendo, nós estamos empenhados em resolvê-las. Desta forma, a equipe está instruída para dar celeridade nesses processos para que possamos ter êxito ainda nesses próximos trinta dias que estamos à frente da saúde. Estamos, ainda, com uma dificuldade sobre a migração venezuelana que muitos colegas já conhecem de perto. A unidade Délio Tupinambá está recebendo apoio do Exército para algumas ações pertinentes à manutenção. Porém, nós temos demandas maiores aqui na capital. Essas são as dificuldades que eu iria colocar para vocês. Primeiro, os contratos que estão vencendo, eu preciso dar uma celeridade maior nas áreas de materiais, serviços e aquisição de medicamentos, porém, nós estamos com as cargas chegando ao Estado. Ainda em decorrência da greve dos caminhoneiros, teve um atraso no desembarque via fluvial

de embarcações que estão trazendo os contêineres que estão atracando hoje em Manaus para que possam desembarcar e chegar em Boa Vista, no máximo, no sábado. Será em torno de 4 a 5 contêineres com materiais e, de posse disso, teremos condições de rodar as cirurgias que estão agendadas no hospital. Além disso, estamos viabilizando mutirões, deputados, para a área de cardiologia, que iniciarão neste sábado com cateterismo e viabilizando as angioplastias. Sobre esse assunto ainda, estamos com quatro processo de aquisição de materiais para garantir a execução do Centro de Diagnóstico por Imagem do cateterismo e das angioplastias. Isso, possivelmente, estará disponível, no máximo, em quinze dias, que será o prazo para as empresas entregarem. Tenho a relação aqui dos processos e quero repassar às mãos dos deputados. Estaremos viabilizando, também, a redução desses procedimentos à nível de HGR e do CDI.

No mais, gostaria de falar um pouquinho sobre o HGR. O HGR, hoje, tem disponível 325 leitos, e é de conhecimento de todos que estamos ali providenciando a conclusão do anexo para viabilizar até a remoção de alguns pacientes para, possivelmente, darmos andamento a algumas alas do HGR que, por muitos anos, não se fazia. Em decorrência disso, o Deputado Jorge Everton esteve lá. Nós temos alguns problemas, porém, são superados diariamente. O volume grande de chuva no Estado acarreta um incômodo, por vezes, em algumas alas, mas que estão sendo prontamente resolvidos. Temos aqui alguns dados sobre o HGR: temos 325 leitos. No Bloco A, estamos com 59 leitos; no Bloco B, também 59 leitos; e todos, na sua grande maioria, lotados. Não vou detalhar a situação dos demais leitos, porque senão nós vamos nos estender muito na questão da explanação. Nós temos uma dificuldade tremenda na UTI. Certo, acreditamos que com a inauguração do anexo, teremos disponível em torno de 40 UTIs. Vamos conseguir atender essa demanda a nível de Estado, pois temos só 20 UTIs. Essa dificuldade também para algumas cirurgias que necessitam de UTI. Precisamos ter vaga nessa UTI para realizar a cirurgia. Essa informação vem da equipe que está viabilizando as cirurgias que irão acontecer, a partir de sábado. A oncologia também estará rodando cirurgias a partir de sábado, pois temos em torno de 78 paciente nas áreas de oncologia para serem atendidos e, a partir de sábado, essas cirurgias serão viabilizadas.

Bom, fico à disposição de vocês para responder as perguntas, pois tenho outros dados que gostaria de viabilizar para os deputados. Deputado Jorge Everton, que esteve comigo lá na visita ao HGR, gostaria de convidá-lo para fazer uma visita. Amanhã estarei indo ao BV-8 e convido o Deputado Jorge Everton para participar dessa visita, pois será bom irmos lá para vermos o que está sendo feito na nossa saúde, na fronteira. Visitei as unidades do interior e pretendo concluir essa visita ao norte do Estado, brevemente, porém o tempo está muito limitado. Esses 3 dias já foram muitas ações desenvolvidas. Vou ficar à disposição para as perguntas, e aquelas que eu não conseguir responder de imediato, gostaria que formalizasse através de expediente, que eu, prontamente, irei responder.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Agradeço ao Secretário a breve explanação e, neste momento, vou conceder a palavra aos senhores deputados.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, inicialmente, quero cumprimentar todos os representantes de servidores que estão aqui na Casa, já citei o nome. Em virtude do tempo, me permitam cumprimentar a todos. Cumprimento o Secretário Queiroz. Posso lhe dizer que acompanho o seu trabalho como servidor de carreira. Sei da sua competência no serviço público e o pouco tempo que o senhor está na pasta, está se dedicando ao máximo. Foi isso que o senhor demonstrou quando nós chegamos para visitar o HGR. Diferente de outros que tentam esconder e jogar para debaixo do tapete o problema, que não é novo, é um problema antigo, que vem de outros governos, que eu sei, mas que se agravou de uma forma absurda nesses últimos quatro anos. Parabéns pela sua conduta técnica, profissional, e confesso que todos nós aqui estamos torcendo para que o senhor faça uma excelente gestão e que consiga realmente melhorar a saúde pública. Fomos até o HGR, mas quero dizer, Secretário, para o senhor não pensar que “eu assumi e já chegou fazendo vistoria”. Não foi isso. Foi uma coincidência. Eu sou o autor do requerimento que pediu a abertura da CPI da Saúde em 2015. Desde 2015, a gente já vinha conversando com sindicatos e associações, representantes de classe, demonstrando preocupação em fazer uma análise daquela situação da pasta da saúde. Infelizmente só foi aprovada a CPI do Sistema Prisional, que nós concluímos, e o da saúde não foi. Então, essa nossa preocupação não é de agora. No ano de 2015, eu fiz uma indicação para que a governadora contratasse servidores públicos que estavam aprovados em concursos, porque eu sei da dificuldade que tem hoje a saúde com relação a servidores públicos, há uma carência e uma

necessidade. Então, a nossa preocupação não é de agora. Na visita, nós constatamos muita coisa errada, muitas irregularidades, desde pacientes em corredores que não tinham leitos, ar condicionado jogando água para dentro, limpeza que estava paralisada. Filmamos lixo hospitalar no chão, colocando em risco não só os pacientes e acompanhantes, mas também os profissionais da saúde. Nós constatamos, dentro do refeitório, moscas tomando conta daquele refeitório. Falta de álcool em gel para que possa fazer higienização e evitar contaminação hospitalar que, às vezes, você entra com um problema pequeno e, sai de lá morto porque agravou seu quadro. Constatamos diversos materiais que estavam em falta. Fico feliz em ouvir que tem uma carga chegando, agora, de material, já é fruto do seu trabalho, mas a nossa maior preocupação é que, na saúde pública, haja uma constância. Na saúde pública haja suplementos diários, permanentes. Então, eu tenho algumas informações que me foram passadas que eu gostaria que Vossa Excelência, se não conseguisse responder agora, desse uma satisfação para esta casa, para os servidores e para a população, que está sofrendo bastante com o descaso, com a falta de atendimento adequado. E eu digo descaso porque recebi informações de que o Hospital das Clínicas estava fechado para reforma, depois de dois meses de inaugurado. Fui até o Hospital das Clínicas, constatei que, realmente, tinha sido esvaziado em virtude de problema elétrico e que uma empresa estava fazendo o serviço que já deveria estar pronto, porque a obra foi entregue há dois meses aproximadamente. Então, enquanto temos pessoas sem leitos, com dificuldades de acomodação, temos o Hospital das Clínicas, que deveria estar como referência e não está sendo utilizado. Tinha 22 leitos ocupados, informação que tive antes dele ser esvaziado. E os 120 leitos estavam lá parados porque não tem material para equipar esses leitos e nem servidores para atender. Essas são informações que a gente vem recebendo constantemente da Saúde. Aprovamos aqui o aumento orçamentário de 15 para 18%, é algo significativo, e isso é algo que a gente vê com preocupação. Sei que o senhor vai se debruçar nos processos para fazer esse saneamento e trazer uma solução, mas, por exemplo, nós temos mais 300 pacientes. Essa foi a informação que recebi na fila de espera para fazer o cateterismo. Vai ter um mutirão sábado, já fico feliz em saber que essas pessoas que têm problemas cardíacos vão ter uma solução rápida. Eu falo porque eu venho de uma família em que minha mãe morreu com parada cardíaca. A minha mãe colocou *stent*, então, eu sei o sofrimento que é uma pessoa que tem um problema de coração ter que ficar esperando, é como se aquele relóginho pudesse parar a qualquer momento. Então, o ato administrativo tem uma burocracia, mas o coração não espera, pode parar a qualquer momento. Também fui informado que existia ausência de cateter. Estamos constatando falta de material que deveria ser algo rotineiro, luvas, esparadrapos, máscaras, medicação, como dipirona, equipo de bomba de infusão, utilizada para fazer aplicação de droga vasoativa, ou seja, equipamentos necessários, acesso central, soro. Então, minha gente, isso é algo que nos assusta. Outros materiais como sonda nasoenteral, sonda de foley, *kit* de sutura. Algo que eu fiquei preocupado também foi que, ontem, na farmácia, tinham apenas três frascos de trombolítico. Quem é da farmácia aqui? Não tem ninguém da farmácia? Se uma pessoa tiver um enfarte, ele precisa de dois frascos. Então, quer dizer que, até ontem, uma pessoa no Estado poderia enfartar. É algo preocupante, porque qualquer um aqui, qualquer pessoa do nosso estado está sujeita a ter um enfarte.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Deputado Jorge, sem querer interromper Vossa Excelência, mas estipulamos o tempo de três minutos para cada parlamentar.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu queria, Presidente, fazer menção ao artigo 286 do Regimento Interno, que garante ao autor do requerimento de convocação o prazo de cinco minutos prorrogável por mais cinco. Então, eu quero fazer o uso do prazo regimental que eu tenho direito.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Acato o pedido de Vossa Excelência, mas só para que a sessão não se torne cansativa, e tem muitas pessoas que também querem falar.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu lhe agradeço, já estou usando sete e já estou concluindo, porque não tenho interesse em cansar, muito pelo contrário, eu tenho interesse, Presidente, que todos aqui sejam ouvidos, porque aqui não é um massacre ao secretário. Isso aqui é um debate de pessoas que estão preocupadas com a solução que possa vir para o estado. E se a solução tiver que partir dos sindicatos, das associações, da Assembleia, unidos, com Vossa Excelência nesse objetivo, pode ter certeza de que nós estaremos ombreados nessa luta, porque aqui a gente não quer uma saúde de governo, a gente quer uma saúde de estado, onde as pessoas sejam atendidas de forma verdadeira. Então, concluindo, eu recebi essa informação do trombolítico e fiquei preocupado. Espero que nessa remessa que está chegando, já venha material suficiente para

as pessoas que, Deus me livre, tenham infarto, mas todos nós estamos sujeitos a essa medicação para sedar pacientes. Então, a gente precisa saber quais providências vão ser adotadas para suprir essa necessidade atual e quais ações de planejamentos e estratégias serão desempenhadas para dar continuidade a isso. Fiquei impressionado quando eu vi uma publicação no Diário Oficial, a governadora determinando meio expediente na Secretaria de Saúde. Eu fico pensando, com tanto trabalho que Vossa Excelência tem, quantos contratos para analisar, prazo a ser concluído, trabalhar só meio expediente é algo que nos preocupa. E sei que secretário não vai trabalhar só meio expediente, mas, infelizmente, essa é minha preocupação.

E, para finalizar, como ficou a questão da limpeza? Eu estive pessoalmente, o senhor estava no HGR, nós ouvimos os funcionários da empresa. Os funcionários da empresa estão ou não recebendo? A SESAU pagou ou não pagou o contrato? A culpa é da SESAU ou é da empresa que tem para receber? Todo mundo espera uma solução. Até mesmo porque o paciente que está lá na ponta, que está sentido a necessidade, ele não quer saber de quem é a responsabilidade. Se é da SESAU, se é do Governo do Estado, se é da Assembleia. Ele quer uma solução para o problema dele. Então, Secretário, por enquanto é só. Agradeço a sua atenção, espero que o senhor traga uma solução rápida para a nossa população, que eu sei que essa é a sua vontade. E, no mais, se houver algum questionamento, eu peço ao presidente, se ele me permitir, o tempo normal de três minutos. Obrigado e um bom dia todos.

O Senhor Secretário **Ricardo de Queiroz Lopes** – Obrigado, Deputado Jorge Everton, pelo empenho à frente também dessas ações na saúde. Bem, eu gostaria de responder alguns itens que eu consegui anotar. Caso não consiga responder, fique à vontade para indagar novamente. Sobre a questão da visita ao HGR, vamos começar por aí. Eu estive no HGR bem antes para fazer uma visita, às 22hs. Uma visita surpresa, que é o que eu estou fazendo nas unidades também, principalmente para aferir se os profissionais estão desempenhando suas atividades onde deveriam estar. Isso eu não abro mão. Eu só pago quem trabalha. Então, eu estou indo em busca disso porque creio que ninguém aqui gosta de estar pagando uma pessoa que não presta um serviço a contento. Então, estamos fazendo visitas surpresas nas unidades. Vou manter isso comigo, durante a minha gestão. Na primeira visita que fiz na unidade, Deputado, foi até antes da sua visita, consegui identificar essa questão da falta de comunicação entre os profissionais de saúde. Já conversei com a Diretora do HGR para melhorarmos essa comunicação. A questão do lixo sendo jogado próximo às lixeiras. Porém, (desculpe a expressão) não consegue acertar um depósito de lixo que está lá, que, por vezes, cai ao lado e não vai para dentro do lixo. Temos essa dificuldade, e creio que isso é falta de comunicação entre os profissionais e uma educação maior para as pessoas que utilizam o serviço de saúde. Os próprios acompanhantes promovem essa desordem. E, assim, quanto à coleta do lixo hospitalar, resto de alimentação, nós vimos vários itens, Vossa Excelência constatou isso, e viu onde estavam as lixeiras. Quanto à questão do lixo, creio que temos que fazer um trabalho melhor com esses profissionais e com a própria população. Isso seria uma campanha de educação mesmo dentro da unidade. Já conversei com a diretora e vamos melhorar isso convocando cada grupo de trabalhador para mostrar a importância do lixo dentro do lixo. A Saúde: venho buscando trabalhar como se eu estivesse no leito, porque eu já passei dois meses no HGR e sei como é ficar no HGR com meu pai e o meu sogro, que chegou a falecer. Conheço bem a situação do HGR não é de hoje. Sou roraimense, tenho 49 anos de Roraima e conheço muito bem essa Saúde da forma que foi explanada por você. Não a partir de 2014, 2015, Deputado, desde quando me entendo de gente, quando a maternidade funcionava aqui na SEPLAN. Lá, eu perdi vários dentes. Então, estou tratando a Saúde da melhor forma possível pois tenho condições, técnicas de melhorar essa saúde, e vou me empenhar bastante nisso, até onde for possível.

Quanto à questão do abastecimento, estou tentando, junto à equipe, viabilizar até guias de preços para suprir essas necessidades. Já estou pensando em 2019. Tenho isso comigo em todos os locais que trabalhei, sempre procurando antecipar os problemas. Os processos de 2019 já estão em andamento para garantir o abastecimento do ano que vem. No HC, tivemos uma descarga elétrica, não consegui ter os dados técnicos desse assunto, porém, já foi resolvido no final de semana. Tivemos que remover os pacientes para não colocá-los em risco, e foi aferida toda parte de instalação elétrica pela SEINF. Estive, no sábado pela manhã, para confirmar se a SEINF ia realizar a manutenção. Foi feita a manutenção no HC e ele está em pleno funcionamento, dentro das possibilidades. A nossa intenção é ativar plenamente o HC em breve. Certo, Deputado, a questão do soro, que o senhor falou, que chegou a faltar. Eu preciso do apoio das categorias, porque estive nos blocos e vi a

utilização de soro de 500ml para diluir medicamentos, porém, no mesmo dia, fiz a pergunta para a profissional, que não vem ao caso, não vou falar o nome, por que ela estava agindo daquela maneira? Ela respondeu: não tem o diluente nem soro de sene. Eu disse: você me desculpa, mas tem. Eu estava vindo do depósito e sabia que tinha, eu fui aferir os depósitos, porque estou fazendo essas visitas nos depósitos de medicamentos. Então, precisamos trabalhar isso nas pessoas que estão utilizando os materiais. Isso é um trabalho de conscientização dentro da unidade, precisamos fazer isso. Eu anotei a questão trombolítico e vou aferir com a equipe, Deputado.

A questão de meio expediente de trabalho, como senhor afirmou, Deputado, é que o Secretário não trabalha meio expediente. Costumo chegar muito cedo e saio 19, 20h da Secretaria, buscando solucionar os problemas administrativos que nós temos. Os coordenadores sabem que devem despachar comigo pela parte da tarde, pela manhã eles desempenham as obrigações dentro da coordenação. Então, eu destaco, Deputado Jorge Everton e os demais, que precisamos melhorar a comunicação entre todos os profissionais. Vejo um distanciamento que não podemos permitir, a Saúde é uma só, e é de todos, então, precisamos nos aproximar. Não adianta eu criar o caos na Saúde, uma vez que o Brasil passa por um problema sério. Nós estamos passando por um problema de imigração, se passar mais um tempo, estaremos superados na questão do nascimento de brasileiro e venezuelano na maternidade, como é de conhecimento de todos. No momento, era isso, Deputado. Caso tenha mais um item, estou à disposição para responder.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Antes de passar a palavra para o Deputado George, gostaria que o departamento técnico cronometrasse o tempo de 3 minutos para pergunta e dois minutos para respostas.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Eu requeiro ao artigo 286, parágrafo 4º, para que tenha direito à réplica e tréplica, conforme o Regimento Interno.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Haverá, Deputado. Com a palavra, Deputado George Melo.

O Senhor Deputado **George Melo** – Bom dia a todos. Cumprimento o Ricardo, amigo pessoal, amigo de infância. Fico muito feliz de ver pessoas competentes assumindo cargo, não só competência, como seriedade. Tenho certeza que você preenche esses requisitos. Ricardo, eu anotei algumas dúvidas que eu tenho com relação à Saúde do nosso Estado. Por exemplo, como pode uma empresa como Andolim – de Alimentação Hospitalar, a UNIET – distribuição de medicamentos, Lidan – de limpeza levarem 4, 6 meses para receber, enquanto a MINOTO, que é uma empresa de reparo “tabajara” recebe em dia? Isso é uma observação que gostaria que o Secretário pudesse me responder.

Foi falado sobre o Hospital das Clínicas. A minha pergunta é: por que a Eletrovolts está lá, sendo que a empresa Elo Engenharia acabou de fazer o serviço e tem que dar garantia dos serviços pelo menos por dois anos? Como é que você inaugura num dia e a SEINF já convoca uma outra empresa para fazer reparo nesse serviço? Então, eu tenho certeza que a SEINF tem servidores técnicos competentes para fazer esse levantamento sem precisar da Eletrovolts.

Com relação ao Raio-X que está quebrado há algum tempo, gostaria de saber se a empresa continua recebendo pelos serviços não prestados? O Deputado Jorge Everton falou que existe falta de seringas, escalpe, medicamentos, no Hospital Geral. Cadê os aviões de remédios que o governo disse que chegou? Por que continua faltando? Inclusive, a falta de morfina para os pacientes com câncer no Bloco C. Na UTI, no ano passado, quase ocorre uma situação semelhante, somente comparável à morte dos bebês na maternidade. O gerente do núcleo de nutrição, o Senhor Clauber Albertt, adquiriu da empresa Nutre Norte Suplementos, que estavam vencendo esses produtos numa cobertura de vários meses. Secretário, esse nome voltou na sua administração para ocupar o núcleo. Quanto aos pagamentos atrasados de março, gostaria que o senhor falasse sobre isso.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Secretário, o Senhor tem dois minutos para responder.

O Senhor Secretário **Ricardo Queiroz Lopes** – Obrigado, Deputado George Melo, pela explanação das demandas da saúde. Quanto aos contratos que se encontram em atraso, nós estamos viabilizando os pagamentos de forma equilibrada, para garantir o andamento dos serviços. Nós precisamos ter um fluxo de caixa para pagamento, porém já existiam várias demandas judiciais quando cheguei à frente da SESAU, isso é de conhecimento de todos. Existem vários bloqueios na conta. Por vezes, nós só tomamos conhecimento no dia e, para resolver essa questão dos bloqueios, vi que tínhamos vários processos judiciais e, por isso, trouxe para a SESAU o Doutor Temai, para fazermos os levantamentos

e viabilizar o atendimento das demandas judiciais, para que elas não ocorram. Quanto à questão dos pagamentos das empresas de alimentação, Andoline, Unirelt, Lindan, Minoto.

O Senhor Deputado **Georgio Melo** – Não, a Minoto é a que recebe em dia.

O Senhor **Ricardo Queiroz Lopes** – Eu estou citando todas que o Senhor falou. Todas elas estão com valores atrasados, inclusive com débito de exercícios anteriores. Então, estamos viabilizando um fluxo de caixa para garantir esses pagamentos. Em 30 dias, não se consegue fazer um fluxo de caixa. Estamos organizando isso de forma responsável para garantir os pagamentos. Raio-X quebrado, estamos viabilizando as manutenções e aquelas empresas que prestam serviços à contento, eu notifico. Inclusive, gostaria de esclarecer que fizemos duas notificações, quanto à questão do HC, está registrado em ofício e, se Vossa Excelência precisar, eu envio. Dei o prazo de 5 dias para a empresa Elo e SEIF emitirem relatórios conclusivos sobre a questão do HC. Se o Senhor puder ir na SESA, gostaria de mostrar as nossas ações perante os fornecedores.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Para fazer uso da palavra, o eminente Deputado Valdenir Ferreira.

O Senhor Deputado **Valdenir Ferreira** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente e demais deputados. Cumprimento ao senhor Secretário Ricardo e demais membros da Mesa. Secretário, sei que o senhor está na pasta há pouco mais de 30 dias e sei que o senhor pegou uma saúde devastada, devido à má gestão anterior, não só desse governo como do governo anterior. Um dos maiores problemas é que todos os dias nós recebemos denúncias aqui nesta Casa de pessoas que encontramos na rua e a péssima qualidade de alimentação. Ontem mesmo, segundo informações, na maternidade a alimentação chegou por volta de 15h40min e, no Hospital Geral, por volta de 15h30. Então, isso é um problema grave para quem já está lá dentro do hospital, a pessoa já está doente e receber alimentação fora do horário é extremamente complicado.

Quanto à falta de abastecimento, eu sei e conheço, já fui fornecedor daquela pasta, sei que não é fácil os processos licitatórios. O senhor falou em quatro processos que estão em andamento e sei que demanda um determinado tempo. O senhor falou em um planejamento para deixar o estado abastecido para próxima gestão ou continuação dessa mesma gestão. É louvável o seu trabalho quanto a isso, mas todos aqui sabem que diariamente recebemos essas denúncias de falta de diversos materiais. Absurdo, coisas pequenas, como foi citado aqui, escalpe, esparadrapo, compressa, campo operatório, medicamento básico. Imagine medicamento de alto custo! Material de Raio-X. Sei que essa pasta, durante muito tempo, ela foi verdadeiro motivo de muitos problemas, desvios de recursos. Essa Casa faz o papel dela, aumentamos o repasse do estado de 18%, aprovamos em torno de 750 milhões para que a pasta pudesse dar uma celeridade, um atendimento melhor para a população. Agora, o que me causa surpresa é que aquela pasta sempre muda o secretário e poucos diretores mudam, principalmente diretores de núcleos fundamentais para aquela Casa. Essa Audiência é de suma importância. Nosso tempo é curto. Sei que vamos ter outras oportunidades de conversar. Farei uma visita na Secretaria de Saúde, mas estamos dispostos aqui, nesta Casa, juntamente com a Secretaria de Estado, a buscar soluções em conjunto para que melhore a vida das pessoas, para que, pelo menos, afogue um pouco desse sofrimento.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Obrigado, Deputado Valdenir. Secretário, o senhor tem dois minutos para responder.

O Senhor **Ricardo de Queiroz Lopes** – Obrigado, Deputado Valdenir, o senhor é um grande conhecedor daquela área da saúde. Fiz algumas anotações. Quanto à alimentação, vou providenciar uma fiscalização sobre o assunto. Me comprometo trazer uma resposta em breve. O abastecimento, realmente, temos esses problemas processuais, mas como lhe disse, no planejamento, junto às coordenações, alguns já entenderam o meu recado para o andamento processual. Não gosto da expressão que vou falar, não gosto de preguiçosos trabalhando comigo. Tenho exigido bastante das equipes e eles estão entendendo o trabalho que vamos desempenhar. Até que me prove o contrário, as coordenações têm legitimidade para atuar à frente de cada processo. Agradeço a sua explanação e fico à disposição para recebê-lo em breve na SESA. Agradeço o apoio que está sendo demonstrado pelos ilustres Deputados.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Bom dia a todos e todas. Cumprimento a Mesa, Presidente Chico Mozart e Secretário Ricardo. Fico feliz, Secretário, por um funcionário de carreira assumir uma pasta tão complicada e complexa, como o senhor assumiu. Creio, eu, que o técnico que faz esse gesto, é cidadão de Roraima e quer colaborar com o Estado. Porque para os cidadãos comuns, as pessoas nem imaginam que, quando um gestor público sai de uma pasta dessa, passa

mais de 20 anos respondendo processos, mesmo que ele seja a pessoa mais honesta do mundo. Então, primeiramente, independente de governo, Vossa Excelência está de parabéns por aceitar esse desafio dessa pasta tão complexa. Eu pergunto para o senhor, pela ausência dos relatórios trimestrais, qual é o montante atual de convênios e emendas parlamentares que estão sendo recebidas, que estão sendo executadas em 2018 na Secretaria de Saúde? Montante em real que está sendo viabilizado. Com os seis milhões de reais que colocamos aqui para atender os trabalhadores da área de saúde, em relação principalmente às progressões, o que está sendo feito para viabilizar a execução dessa Emenda de Bancada que foi colocada aqui pela Assembleia Legislativa no orçamento de 2017 a 2018? Está sendo executado? Os trabalhadores em saúde estão sendo atendidos para trabalhar mais contente, mais alegre e com maiores condições de trabalho?

Tenho uma pergunta que me chegou de uma pessoa que está com problema de coluna. Ela disse que tem uma máquina na SESA e que o conserto custa 450,00 reais e, por isso, não estão sendo realizadas as cirurgias, por conta dessa máquina. Quais as providências que estão sendo tomadas, já que as pessoas estão tomando somente analgésicos, e com dores permanentes, e não estão tendo a celeridade necessária para ter o TFD e serem cirurgiados fora do estado? Qual a previsão para ter novos mutirão para cirurgias ortopédicas, principalmente de joelhos? Gostaria de saber se Senhor tem uma previsão. Eu tive que me ausentar rapidamente, não sei se o Deputado Jorge Everton fez a pergunta. Por que na caravana não falta o material e no hospital falta? Essa pergunta, as pessoas me fazem no dia a dia. Gostaria de desejar uma gestão profícua a Vossa Excelência, que lhe conheço desde criança, foi meu aluno e acredito na probidade, na sua ética. Desejo-lhe progresso na sua gestão.

O Senhor **Ricardo de Queiroz Lopes** – Obrigada, Deputada Lenir, pelas indagações. Vou tentar responder os cinco itens que conseguiu anotar. Quanto ao montante dos convênios, Deputada, nesses 30 dias, eu procurei estabelecer algumas metas na Secretaria. Uma delas foi identificar onde estão esses repasses que foram recebidos pela Saúde. Relativo aos valores das Emendas dos parlamentares, está sendo aferido pelo nosso adjunto Anselmo, que, infelizmente, está adoecendo e não está comparecendo na Secretaria, mas está fazendo um levantamento disso. Creio, eu, que, nós vamos ter, ao mais tardar no final desse período, todo estruturado, com o valor da emenda, e qual a situação do processo. Inclusive os Deputados Federais já estiveram lá buscando informações e já foi passado para o Deputado Remídio, que queria saber do andamento das emendas dele. Algumas estão na fase de licitação, o recurso está disponível em conta e o montante não vou esclarecer nesse momento para você, eu precisaria de dados mais concretos para falar. Fizemos uma divisão com os secretários adjuntos de algumas missões. A parte de convênio, que mais afeta a área e o Anselmo que está coordenando essa situação. Posso encaminhar um relatório, após concluir esse levantamento, a todos Deputados, de quais são esses montantes.

Quanto às progressões, como a senhora falou, é muito aguardado por todos, mas preciso esclarecer uma situação que o estado vem atravessando há muito tempo. E acompanhava isso pelo Tribunal de Contas. É a distância entre o orçamento e o financeiro. Você disponibilizar um orçamento, não significa que você disponibiliza financeiro, depende da arrecadação. A Saúde depende do repasse, das arrecadações que o estado promove, assim como essa Casa também recebe de acordo com a arrecadação. Então, preciso aferir se essa disponibilidade foi feita para a Saúde, se há possibilidade de atendimento financeiro para isso. Vou buscar essa informação e o andamento à nível de recursos humanos, que está sendo feito, lançamento em folha. Eu estou promovendo revisão de contratos, principalmente para fazer as manutenções dos equipamentos. Você disse que esse equipamento quebrado é o intensificador de imagem. Vou anotar e trazer alguma informação sobre isso, porque isso é de acordo com cada coordenação que acompanha o contrato.

Quanto ao TFD, a questão do TFD depende de uma fila nacional, então, por vezes, as pessoas não conseguem entender. E as pessoas falam “olha, estou esperando TFD e preciso dessa cirurgia”. O meu filho, com três anos de idade, ficou na fila por seis meses, para fazer um cateterismo através do Hospital da Criança. Eu lutei com ele desde os três até aos oito anos de idade, foi quando consegui fazer a cirurgia nele. Sei das dificuldades dos colegas. Deputado Jorge Everton falou isso na família dele e tive isso dentro de casa. Sei da dificuldade, ela é nacional, não é local, temos uma fila para ser atendida, sim. Por isso estamos viabilizando, Deputada, a aquisição dos medicamentos e insumos para propiciar os atendimentos dos nossos pacientes aqui em Roraima mesmo.

Quanto à previsão de mutirão de ortopedia, como falei anteriormente, nós fizemos por ordem. O mutirão começa no sábado, de angioplastia, cateterismo em conjunto com oncologia, e a próxima ação

é para ortopedia. Não posso precisar a data, temos que sentar com os médicos e fazer o mapa de cirurgia. Tem uma ordem que é acompanhada pelo Ministério Público para o atendimento. São várias demandas.

Quanto aos materiais da caravana, eu precisaria saber de quais materiais estão falando. Eu gostaria que a senhora me enviasse ou eu poderia vir aqui para ter um detalhamento sobre esses materiais. Porque até então... Eu coloquei inicialmente que essa falta de comunicação dentro da Saúde, ela me incomoda, falaram que estava faltando morfina e eu tinha disponibilizado 300 ampolas de morfina para o HGR. Foi lá e a técnica que estava na ponta falou que não tinha. Eu falei: amiga, você foi na farmácia? E ela disse que não, porque antes não tinha. Eu a levei à farmácia e comprovei que tinha, e disse-lhe que ela não pode fazer esse tipo de coisa. Então, tudo isso é falta de comunicação, precisamos melhorar. Por vez, pode ocorrer falta? Pode ocorrer. Eu não aceito a falta de medicamentos, materiais, porém nós herdamos agora uma situação e estamos buscando uma solução.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, gostaria de pedir permissão de Vossa Excelência para falar da Tribuna desta Casa. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, quero saudar também a imprensa, os servidores da Casa, o Senhor Secretário de Saúde, Ricardo Queiroz. Quero também saudar os representantes dos profissionais de saúde de todas as categorias e dizer que entendo que fazer saúde, ser um profissional de saúde, não é apenas uma ocupação. Tenho certeza absoluta, consciência, de que é uma vocação, não apenas uma ocupação. Mas, senhoras e senhor Secretário, deputados e povo do nosso estado que nos assiste, a Assembleia Legislativa tem as redes sociais e podemos nos comunicar com o mundo e não só com Roraima. Senhor Secretário, é público no Estado de Roraima que a Secretaria de Estado da Saúde é usada e abusada em todos os governos para privilegiar alguns apaniguados de governo, sempre foi assim. Quando cheguei nesta Casa Legislativa, eu e o deputado Sampaio fizemos uma visita ao Hospital Geral e lá fomos tidos como invasores, apesar de sermos representantes legais do nosso povo e da nossa gente, eleitos de forma democrática. Superfaturamento de notas sempre aconteceu, em especial na Secretaria Estadual de saúde. As notícias vêm nos jornais, nas mesas redondas, nas conversas. E eu acredito que superfaturar é crime, mas superfaturar na saúde, além de crime, é desumano, porque se trabalhar de forma idônea se salva vidas, se trabalhar superfaturando notas, se tira vidas. E a Secretaria de Saúde sempre teve essa pecha, até porque tem um dos maiores orçamentos do Estado. Na gestão passada, soubemos de muitas empresas e empresários que vendiam notas, apenas notas, nem medicamentos entregavam. Lembro que morreu pessoas por falta de oxigênio, greves intermináveis por causa de salários defasados. O TFD, uma miséria, R\$ 40,00 para acompanhamento de pacientes em outros estados da federação. Isso é desumano! A questão da oncologia, meu Deus do Céu! Salvo engano, só Roraima e Amapá que não tratam os pacientes oncológicos nos seus estados. E o Governo Federal dispõe de um aparelho que não sei o nome técnico, mas é uma indicação minha e uma luta para que esse tratamento seja feito aqui, para que seja humanizado, mas não conseguimos ainda humanizar. Sei dos feitos da governadora Suely Campos. Sei que foi concluído o Hospital das Clínicas, apesar de que o Deputado Jorge Everton falou aqui que já foi fechado para reforma. Não acredito, porque, se foi, é um absurdo. Como se conclui uma obra e com trinta dias se fecha para reforma? Se isso é verdade, é um absurdo. Quero dizer a Vossa Excelência que sei que a governadora Suely revitalizou hospitais no interior do estado, inclusive lá no Baixo Rio Branco. Sei que houve a convocação de mais de 1.300 servidores, é verdade. Sei que esta Casa aprovou uma PEC destinando 18% do bolo orçamentário para atender a Saúde, e a Governadora pediu a sua base que apoiasse e aprovasse, sei que é verdade.

Quero dizer para Vossas Excelências que a mudança na Secretaria de Saúde... Vossa Excelência está lá como secretário hoje, e com mais dois secretários adjuntos, que eu participei ativamente de uma articulação política para que Vossa Excelência estivesse lá. Os dois secretários adjuntos, ligados diretamente ao Deputado Hiran Gonçalves, que é do PP. E o PP é forte nacionalmente e tem uma ligação umbilical com o Ministério da Saúde, para que nós pudéssemos ter mais recursos e uma gestão de competência, porque foi isso que garantimos nos palanques quando passamos em 2014: Saúde digna para o povo do nosso estado. Mas sei que temos 40% dos leitos ocupados por irmãos venezuelanos que não podemos dar as costas. Temos que priorizar, sim, os pacientes roraimenses, mas não podemos dar as costas a esses que vêm e precisam do nosso Estado. Mas quero, por conta dessa grande articulação que fiz para Vossa Excelência estar lá e sabendo do profissional sério que é, que não deixe acontecer no nosso governo, porque nós garantimos ser diferentes. Se tiver contratos superfaturados, rompa-o, doa a quem

doer, seja ele de quem for. Se outros secretários não tiveram coragem, sei que Vossa Excelência tem. Talvez tenha sido o único que fez articulação para que assumisse uma secretaria, porque sei da sua seriedade e do seu compromisso com o nosso Estado e com o nosso povo. Rompa o contrato. Se a comida que for para as unidades hospitalares não for de boa qualidade, rompa o contrato, seja de quem for a empresa. Vossa Excelência pode usar esta Casa Legislativa e esse parlamentar que está falando para denunciar, de público, qualquer irregularidade na Saúde que Vossa Excelência não tiver forças para tomar providências. Quero dizer aos deputados aqui que, de forma alguma, nem como líder do governo e nem como deputado estadual que sou, comungo com desmandos em qualquer pasta do governo, muito menos na Secretaria de Saúde. O Deputado Jorge Everton fez o Requerimento, mas nós, todos os deputados, de forma unânime, no dia, aqui, aprovamos o Requerimento, porque queremos, sim, transparência e clareza, pois devemos isso à sociedade, ao povo do nosso estado.

Diante dessa explanação, lhe faço uma pergunta: o que existe de tão importante, de tão resistente, naquela cooperativa que não nos permite fechá-la, que não nos permite diminuir a folha dessa cooperativa? Salvo engano, a folha da cooperativa é quase maior que os recursos que se pagam para os efetivos daquela secretaria. Gostaria que Vossa Excelência me falasse e esclarecesse a esses deputados como funciona esta cooperativa. O que é a cooperativa? Quantos milhões consome a cooperativa? E por que não podemos trabalhar com esses servidores efetivos, esses que foram contratados pelo Estado, e dispensar a cooperativa de saúde no nosso estado? Obrigado.

O Senhor Secretário **Ricardo de Queiroz Lopes** – Obrigado, Deputado Brito. Deputado Brito, a folha de pagamento da Saúde, dos servidores vinculados à saúde, efetivos e comissionados, gira em torno de R\$ 26 a 27 milhões por mês, bruta. A folha da cooperativa, levantamento feito neste primeiro mês que eu estou no comando da Secretaria, gira em torno de R\$ 10,7 milhões, se não me falha a memória. Os trabalhadores da cooperativa normalmente são médicos e especialistas para atender demandas que não temos no quadro da Secretaria, essa é a informação que posso lhe passar nesse momento.

Sobre transparência, eu anotei como item e costume bater muito nesse assunto, sobre transparência. Logo que cheguei ao estado, fui Controlador Geral do Estado e o Estado tinha uma nota vermelha sobre transparência pública. Fiz uma equipe de trabalho e conseguimos tirar o estado dessa nota vermelha, que girava em torno de 4 e pouco, para 8, em pouco tempo. E eu pretendia bater os 10, infelizmente, não foi possível, pois recebi o convite para assumir a SESAU e eu, prontamente, estou lá para doar meu conhecimento e, quiçá, o sangue por aquela Secretaria. Estou fazendo um trabalho de transparência, já cobrei da equipe e estipulei um prazo, um planejamento que fiz com eles para disponibilizar, no portal da Saúde, onde estão os profissionais da saúde. Envie requerimento e ofícios para todas as unidades solicitando o lotacionograma da unidade, por especialidade. Até agora, só recebi o retorno do Hospital das Clínicas e da Dra. Marília, do Centro de Referência da Mulher. Então, esse trabalho está sendo feito em trinta dias. Como o deputado falou, “doar a quem doar”. Estou fazendo esse levantamento e aqueles profissionais que não estiverem em seus postos de trabalho, eu serei o primeiro a lhes informar, além de deixar disponível, no Portal da Transparência, a relação desses profissionais. Estou trabalhando para isso. Obrigado.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Senhor Secretário, o Deputado George Melo tinha feito uma pergunta referente ao TFD que Vossa Excelência já respondeu, mas ele requereu a tréplica e vou conceder a ele.

O Senhor deputado **George Melo** – Secretário Ricardo, gostaria que o senhor me esclarecesse, pois sei que muita gente de Roraima tem problemas de coração e, como o Deputado Jorge Everton falou, nós temos em Boa Vista os irmãos Nakashima, que fazem a Angioplastia e, no entanto, a gente vê o Estado deslocando pacientes para outros estados para fazer a cirurgia. Não caberia hoje à Secretaria de Saúde atender o paciente aqui no estado mesmo? Não haveria como tentar fazer um convênio para que não houvesse a necessidade de o paciente se deslocar? Porque eu vejo o tratamento de angioplastia sendo feito semanalmente em Boa Vista, e, pessoas que poderiam fazer isso em Boa Vista com segurança, perto da família, são deslocadas para outros estados.

E também gostaria de convidar o Deputado Brito para vir para a oposição, pois senti que ele está com saudade da oposição. Deputado, a oposição lhe espera. Eu sei que você não concorda com nada com o que o Governo do Estado vem fazendo com sua gestão e com todas as secretarias. Vossa Excelência é um bom representante e, se quiser vir para a oposição, estamos de braços abertos.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Deputado George, estando eu na oposição ou na situação, sempre

fui um deputado coerente com minhas falas e minhas palavras, então, minhas observações, minhas cobranças, minhas atitudes parlamentares independentem de que lado esteja. Mas agradeço o convite de Vossa Excelência, mas continuo aqui na base do governo.

O Senhor Secretário **Ricardo de Queiroz Lopes** – Deputado George, sobre o TFD, eu já tinha falado sobre a questão de fazer essas cirurgias aqui no estado, citei até o exemplo do meu filho com o qual passei oito meses esperando. Então, estamos viabilizando para que esses procedimentos ocorram aqui no estado. Só a nível de esclarecimento, o TFD é classificado de várias formas, onde os considerados de baixa/média complexidade, a responsabilidade é do Estado; a alta complexidade, o paciente tem que ser incluso em uma fila nacional do CNRAC, e nós dependemos de uma fila nacional para atendimento. Não sei se esclareci seu questionamento, mas era isso.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Neste momento, concedo a palavra à Deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Bom dia a todos da Mesa, a todos os presentes. Gostaria de iniciar dizendo que sou Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Roraima e, na próxima semana, deveremos estar em mãos com o relatório quadrimestral de 2018, respeitando o pouco tempo que o Dr. Ricardo assumiu a saúde. Ele pediu esse tempo e, neste momento, também se apresenta o relatório anual de 2017, que nós já recebemos aqui. Então, deveremos marcar para a próxima semana, já avisando a todos os que participam da apresentação dos relatórios quadrimestrais que são exigências da Lei 142, do SUS.

Queria fazer algumas referências rápidas, pois a gente confunde muito as coisas na Saúde. Ouvimos ainda há pouco sobre o TFD. O TFD é Tratamento Fora de Domicílio, para aquelas doenças que não podem ser tratadas no estado por falta de equipamentos, por falta de profissionais, por falta da estrutura hospitalar necessária, e ela depende totalmente do SUS, inclusive, passagens e diárias. E, hoje, com a crise nacional, quando você lança no sistema um pedido de TFD para um paciente que precisa ir para fora do estado, nenhuma unidade do SUS quer receber mais. E, aí, começa um drama muito grande para a gente, tendo que ir buscar a solução. Inclusive, a proposta hoje é para que os estados paguem, mas a responsabilidade de execução é do SUS. Então, essa é a nossa dificuldade, por isso ficam várias pessoas esperando 2, 3 anos, pela fila do SUS. E o Estado já fez mutirões e os mutirões, são pagos pelo Estado. Quando, na verdade, a gente se esconde muito. A Dra. Jeanne sabe disso, na máxima da Constituição que diz que saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Qual é o Estado? O Estado brasileiro? O Estado de Roraima? A União. Nós tivemos, há alguns dias, uma reunião da UNALE com o estado de Alagoas, que tem um Defensor Público que ganha todas as ações judiciais dirigidas ao Estado, ele ganha do SUS. Sobre a falta de medicamentos, eles têm as classificações também, tem uns que são de responsabilidade do estado e outros não. Nós, da Assembleia, não aprovamos recursos para comprar medicamentos para distribuir para a população, nós aprovamos recursos para comprar medicamentos para o internado do hospital. A saúde municipalizada e os remédios, que são obrigações do governo, como o de hipertenso, diabéticos e outros, são de responsabilidade do Governo Federal e, em muitas vezes, são dadas ao Estado 24 horas para resolver. Então, essa questão é muito complexa. Eu teria muitas coisas para dizer, mas vou lhe dizer uma coisa, Dr. Ricardo, eu luto com isso há anos, sou funcionária pública e estou há mais de 20 anos aqui. É preciso que qualquer governo... Isso não é de hoje. Chego aos hospitais onde a Saúde é municipalizada e os agentes de saúde me dizem que só tem remédios porque pegaram no HGR. Se vocês quiserem depoimentos desse tipo, tenho vários. E aquilo que o senhor disse... Eu já vi acontecer de dizerem que não tem o remédio no bloco, mas lá na farmácia tem. E já vi muitas caixinhas de medicamentos que saem do Hospital Geral para o interior do estado, muitos municípios são mantidos assim. Então, brigo sempre por isso, para que o senhor implante fiscalização desde a saída da central para a farmácia e da farmácia para o bloco. Essa é uma reclamação que faço há anos, porque já senti na pele. Muitas vezes, quando não tem remédio nos hospitais, eles vêm para cá para a Assembleia pedir, dizendo que não tem o medicamento no hospital, não é para as farmácias não. Muitas vezes, já sai daqui e encontro o medicamento na farmácia e na Central; outras vezes, não tem mesmo, mas essa fiscalização é necessária, como também é necessário ter um controle sobre tudo o que se gasta nos hospitais, como os escalpes, as seringas, luvas e outros materiais que o hospital não tem controle, para que o SUS possa pagar, porque isso é obrigação do SUS. Então, é preciso que a gente tenha consciência sobre essas coisas.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, me perdoe, mas, quando usei a tribuna não percebi a presença da Dra. Jeanne e, portanto, gostaria de cumprimentá-la por ser

essa profissional tão atuante e tão competente na Promotória de Saúde do nosso Estado.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Gostaria de informar aos senhores parlamentares que cada um deverá respeitar o tempo de três minutos, por isso, peço a todos que cumpram o tempo, devido ao adiantado da hora.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Presidente, nós não podemos violar o Regimento Interno. Vossa Excelência como corregedor desta Casa sabe que o artigo 286 prevê cinco minutos para cada parlamentar. Esse tempo de três minutos contraria o Regimento Interno. Estou fazendo esse alerta porque o próprio Regimento, no parágrafo quarto, prevê que a gente tenha direito à réplica e à tréplica.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Deputado Jorge Everton, tem um roteiro da Sessão feito por esta Casa, se este roteiro tem esse tempo de três minutos, temos que segui-lo.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, o senhor tem que responder minha questão de ordem. Eu fiz uma questão de ordem embasado no artigo 286, § 4º, eu preciso que Vossa Excelência me responda.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Deputado Jorge Everton, Vossa Excelência está querendo criar um constrangimento, pois acho que não há necessidade, pois, alguns deputados já ultrapassaram várias vezes o tempo de três minutos. Acho que Vossa Excelência deve ser sensato com relação a isso.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu estou sendo sensato e quero meu tempo de réplica garantido no parágrafo 4º, é isso que estou dizendo a Vossa Excelência. Só quero que o Regimento seja aceito, porque esta Casa tem que funcionar de acordo com a Lei, e não com o que está no roteiro.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede uma Questão de Ordem – Mas a réplica, Deputado Jorge Everton, é com relação ao seu pronunciamento, não é a qualquer um.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Com a palavra, o Secretário Ricardo de Queiroz Lopes.

O Senhor Secretário **Ricardo de Queiroz Lopes** – Deputada Aurelina, sobre essa situação do custo que é bancado pelo Estado e o SUS não cobre, essa situação é real. E, como falei no início, leva a falência das unidades hospitalares no Brasil afora. Isso não é novidade que estamos com essas dificuldades perante o Governo Federal que, por vezes, faz muitas promessas, e não manda a atualização dessa tabela do SUS. Então, o ônus fica para nossa arrecadação estadual, bancar os procedimentos que ficam cada vez mais onerosos para o Estado. O controle de ponta a ponta, para a informação de todos. Fiz uma reunião com a equipe de informática e estamos elaborando um planejamento para acompanhar a dispersão dos medicamentos desde o depósito central até a ponta para o paciente. Essa foi uma preocupação minha e da governadora para aumentar grandemente esse controle, pois precisamos saber o custo de cada unidade. Esse é um trabalho árduo, inclusive, a nível federal, o Estado brasileiro vem buscando unificar as contabilidades dos estados para aferir o custo de todos e, por vezes, não se consegue porque não temos a unificação do sistema de informática para isso. Então, esse é um dos pontos que estou trabalhando com a equipe de informática. Temos dois sistemas de controle de gestão, um de medicamento e outro hospitalar e preciso fazer essa integração, mas, para isso, preciso de investimento em pessoas, sistema e os insumos necessários para isso. Fico à disposição, na próxima semana, para esclarecer quando à prestação de contas de 2017. Fico aguardando a sua convocação.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Everton para sua réplica e, logo em seguida, ao deputado Oleno.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Presidente, aproveitando a minha pergunta, gostaria de dizer que, hoje, o Estado lida com uma tabela do SUS, onde, para uma tomografia, o SUS paga R\$ 80,00 e, no mercado, é R\$ 800,00. E, aí, o Estado teria que arcar com o que falta. E a outra questão é da cooperativa, sei que precisa ser fiscalizada, pois têm muitos problemas, mas ela existe para os especialistas que não vêm para cá ganhar o salário de um médico só. Tem outros problemas, eu sei, mas a existência dela se justificava por isso, porque, por exemplo, um oncologista cirurgião, na época, não viria para cá para ganhar o salário de um efetivo. Têm vários outros problemas, mas especialista cirurgião plástico não viria para cá. Em alguns casos, isso não quer dizer que seriam todos os médicos da cooperativa.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**, para a réplica – Presidente, obrigado por atender o Regimento e quero também cumprimentar a Dra. Jeanne, que tem sido uma batalhadora na área da saúde pública do nosso Estado. Meu tempo é curto e vou falar rapidamente. Secretário, foi

falado sobre o mutirão das cirurgias ortopédicas, que será feito depois da cardiológica. Nessa compra que está chegando agora, que você falou, tem previsão de material ortopédico, porque estava faltando parafuso e materiais essenciais para cirurgias. Com relação aos funcionários, parabéns! Tem realmente que fiscalizar as escalas, mas tem funcionário suficiente para toda a demanda ou eles serão sobrecarregados? Lembro também que eles vêm batalhando muito pela progressão deles. Esse pleito está sendo atendido? Estão dando condições dignas para os servidores trabalharem? Por que um profissional da saúde não pode, em hipótese alguma, colocar em risco a própria vida. É igual com a segurança pública, você só vai atender uma ocorrência se você estiver em segurança. Se você não estiver em segurança, não tem condições de atender e garantir a segurança dos outros.

Quanto à questão das cirurgias que estão suspensas por falta do arco cirúrgico, têm pacientes, há mais de 60 dias, aguardando a manutenção do aparelho. Acho que ouvi Vossa Excelência falando algo a respeito do intensificador de imagem. A questão da energia, eu constatei *in loco*, não foi ninguém que me falou, e me parece, salvo engano, que ainda está com problemas. É bom Vossa Excelência pedir que alguém dê uma olhada. Só não entendi até agora porque uma empresa ganha uma licitação para fazer a obra e uma outra empresa é contratada para reformar o que a primeira deveria ter feito. Isso é algo preocupante. E, por fim, secretário, sei de sua índole, do seu caráter e de sua personalidade. Por que Vossa Excelência não instaura uma auditoria para apurar isso que o deputado Brito falou? E até peça a ele os contratos superfaturados que ele afirmou, para que a gente possa fazer uma fiscalização intensa e punir, como o deputado Brito falou. Deputado Brito não vai ficar calado porque está do lado do governo não, ele quer que a coisa aconteça. Eu o elogiei porque sei que ele está buscando a solução. Então, pegue a cópia dessa documentação, desses contratos superfaturados, e vamos encaminhar isso para Vossa Excelência para que possa ser feita uma auditoria séria porque tenho certeza que a Dra. Jeanne, recebendo essas informações, vai entrar com uma ação cabível a quem de direito. O que não pode é cair no seu colo uma responsabilidade de gestão passada, seja nesse governo ou em qualquer outro que já tenha passado pelo Estado de Roraima. Presidente, obrigado, nem usei meus três minutos, mas é que eu gosto que seja feito da forma regimental.

O Senhor Secretário **Ricardo de Queiroz Lopes** – Deputado Jorge Everton, alguns dos seus questionamentos eu já respondi, mas vamos ver os outros. Quanto aos equipamentos, tenho informações da equipe responsável que o Raio-X e o intensificador de imagens estarão prontos ainda essa semana, até sábado. Quanto à questão das auditorias, exatamente por isso estou pedindo revisão de muitos contratos e pedindo que eles sejam mais efetivos na fiscalização desses contratos, doa a quem doer. Não tenho como estar passando a mão na cabeça de ninguém. Então, essa é uma das situações que não abro mão na Saúde. A governadora vem solicitando que tenhamos uma gestão transparente e humanizada para com os pacientes. É pouco tempo de trabalho. Entendo que devíamos ter mais pessoas trabalhando na Saúde, mas, antes disso, Deputado, eu preciso saber efetivamente o quantitativo, se é insuficiente. Por que é insuficiente se o concurso foi feito para atender todas as unidades? Então, essa cobrança, estou fazendo para os diretores e também para a nossa coordenação do RH. Eu preciso conhecer essa nossa força de trabalho e ainda não consegui.

Sobre a proteção dos nossos servidores, me preocupa. Por muitas vezes, caminhei no HGR. Eles não me conhecem. Eu andei na unidade e, algumas vezes, precisamos reunir as equipes, para que orientem os colegas de trabalho. Sei que, por vezes, pecamos na falta de material, mas é como a deputada falou, às vezes está disponível. Estou tentando criar uma rotina para fiscalizar isso, pois a proteção me preocupa muito. A Doutora Jeanne fez uma demanda para a Controladoria, eu estava sentando na cadeira também e já recebi uma demanda do MP sobre a insalubridade do local. Fiz uma contenção de gastos, cortei muitas coisas e conseguimos dar manutenção no prédio. Nós herdamos um pombal naquele prédio no último andar. Infelizmente, eu tive que agir, era o palácio do sindicato. Eu já fui sindicalista também, e entendo todas as demandas dos sindicatos. O nosso trabalho é pautado com responsabilidade. Eu preciso conhecer os colegas de trabalho e depois posso lhe dar uma resposta.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Senhor Presidente, membros da Mesa, Doutora Jeanne, Promotora da Saúde, Doutor Ricardo em primeiro lugar, quero lhe dar os parabéns pela coragem de assumir uma pasta tão espinhosa, complexa, em um momento tão delicado, haja vista o processo eleitoral que se avizinha. E isso nos demonstra a sua responsabilidade para com o Estado de Roraima, que sempre teve toda coragem de colocar os seus serviços à disposição da população do estado. Quando se fala em transparência, nós já discutimos muito isso.

Eu, na Casa Civil e o Senhor na Controladoria-Geral, a gente buscava fazer com que nosso estado alcançasse a transparência nacional para que chegássemos perto dos primeiros colocados. Lutamos muito para isso acontecer e o senhor é um dos grandes responsáveis, mas a população muitas vezes desconhece os mecanismos para buscar, saber o que está acontecendo, buscar na internet quanto está se pagando de folha de pagamento, da cooperativa, as empresas contratadas. Mas a população tem a facilidade de lidar com números já acabados, e a sugestão que eu quero lhe dar é para que a gente apresente para a população dados, 2014, 2015, quantas cirurgias eram feitas por mês. Por ano, 2015, 2016, quantos atos o hospital de Rorainópolis realizava em 2014 e hoje realiza. São dados simples que, se você colocar de forma didática, a população vai entender.

Outro ponto que eu acho importante, e o senhor sabe como utilizar a ferramenta, é sobre gestão. Muito da Saúde vem se perpetuando no sentido de uma gestão arcaica, uma gestão que não acompanhou a tecnologia. O que o mundo vive hoje, nós precisamos nos modernizar para diminuirmos os custos. E que a gente não esteja aqui ouvindo, reparando até o que falou o deputado Jorge Everton, porque eu acho que o Deputado Brito não falou que temos contratos superfaturados, ele falou que, se tiver, deve-se apurar. Eu acredito que, apesar do senhor estar na pasta há 30 dias, os órgãos de controle têm total acesso a tudo que diz respeito à gestão da saúde e, certamente, o senhor vai conseguir, junto com sua equipe, melhorar o atendimento na ponta e melhorar os números da saúde. Quisera eu, quisera Roraima que o senhor estivesse nesta pasta há mais tempo, mas nunca é tarde para se arrumar o que está bagunçado. Que impacto representa hoje os venezuelanos no nosso estado? A gente ouve falar que 20% dos partos na maternidade são de venezuelanas ou de mulheres de outras nacionalidades; que o Hospital Geral, o Coronel Mota e todas as unidades de saúde estão abarrotadas de estrangeiros, mas gostaria que o senhor falasse em números o que representa isso à Saúde do Estado de Roraima e o que de realidade, além de promessas, o Governo Federal tem feito para ajudar o estado.

O Senhor **Ricardo Queiroz Lopes** – Primeiro, sobre a transparência. Essa será uma ação que vou fazer na Saúde. Solicitei alguns dados para os coordenadores. Temos que olhar a Saúde pela parte positiva, não podemos olhar a Saúde só pela parte negativa. Temos que manter o otimismo na pior situação que você esteja. A saúde tem números positivos e precisamos mostrar para a sociedade. Quantas cirurgias são feitas; salários em dia com data de recebimento. Por muitas vezes, ouvimos que isso é obrigação, realmente, mas passe daqui para o restante do Brasil, aí você vai ver a situação real do povo brasileiro. Aqui temos uma saúde onde todos têm acesso, temos uma Assembleia onde todos têm acesso. Então, temos que olhar pelo lado positivo, temos que unir forças para melhorarmos.

Quanto ao impacto venezuelano, se fosse de 5%, ele já era gigantesco para esse estado; 10%, pior, mas estamos chegando a valores que chegam em torno de 30, 40%. Daqui há pouco, o número de nascimento de venezuelanos na maternidade pode ser superior ao de brasileiros. Basta vocês irem aos abrigos e verificar a quantidade de mulheres grávidas, a quantidade pelas ruas. Então, possivelmente estaremos chegando a alguns percentuais nesse patamar. Esse aferimento está sendo atualizado pela equipe dos coordenadores, possivelmente, hoje, já devo ter esses números atualizados. Amanhã estarei indo, pela terceira vez, na fronteira para visitar o hospital e, pasmem, é em torno de 800 a 1000 pessoas por dia. Eu constatei isso lá na fronteira. Posso enviar as fotos depois para vocês, mas têm que ir lá para ver como está nossa fronteira. A vigilância sanitária está intensificando a vacinação, isso são ações positivas, proteger a nossa população, mas os irmãos venezuelanos estão precisando de apoio também e não podemos virar as costas.

O Senhor **Antônio Leal** – Bom dia a todos, Senhores Deputados, Membros da Mesa. Estou Diretor Administrativo do SINTRAIMA, estou aqui representando o Presidente Francisco Figueira. Hoje representamos uma classe de mais 5.000 servidores do Estado de Roraima. Senhor Secretário, temos alguns questionamentos. Muito se fala de saúde caótica no Estado de Roraima, e, em nenhum momento, o Estado aplica o devido remédio na Saúde. O Estado não está sabendo medicar a Saúde. Temos leitos superlotados, nossos servidores trabalham estressados, porque isso atinge muito o servidor, que não pode fazer nada para resolver os problemas da Saúde. O caos aumentou mais ainda com a chegada dos venezuelanos. Vimos o Estado falar que fez uma manobra e injetou mais de 70 milhões de reais na Saúde. Por que não fizeram isso antes, quando começou o caos na Saúde? Por que não resolveram os problemas no início? Cito o exemplo de um amigo: uma caixa de água de uma vila só vivia seca, nunca chegou ao seu estágio completo, mas pediram que os moradores ficassem pelo menos dois dias sem

água para que pudessem encher a caixa de água e foi isso que fizeram. Hoje, não há mais problemas de água nesse local. Então, por que não resolver de imediato os problemas e deixar de fazer só paliativos que vêm se tornando corriqueiros de governo para governo? Vemos o HGR com seu complexo que nunca termina. A gente pede, Senhor Secretário, que os servidores sejam valorizados dentro daquilo que é necessário. Em conjunto com o Sindicatos de Enfermagem, apresentamos um PCCR para que fosse analisado pelo Secretário de Saúde e pelo governo, entregamos também a valorização dos servidores. Então, Senhor Secretário, não há de se falar em crise. Acredito, até onde estudei, os melhores e maiores governos souberam se sobressair dentro das crises e por que esse governo vai ser diferente? Então, peço que seja analisado com muito cuidado os problemas da Saúde no nosso estado porque cada vez mais piora, e cada vez mais pessoas vão à óbito, servidores pedem afastamento do trabalho por não terem mais condições psicológica com os problemas que não podem resolvê-los. Esse é um problema muito sério porque o servidor não pode resolver o problema, só se estressa e pede afastamento. Basta ver diariamente no Diário Oficial a quantidade de afastamentos que existem hoje. Então, vamos cuidar da Saúde como um todo, valorizando os servidores, dando-lhes condições de trabalho para que eles possam exercer suas funções e assim prestarem serviço de qualidade à população de Roraima. É isso que a população precisa, de humanização. Muito obrigado.

A Senhora representante do Conselho Regional de Enfermagem **Luiza Rodrigues** – Bom dia! Em nome do Deputado Jorge Everton, quero saudar a todos os deputados, Doutora Jeanne e os demais aqui presentes. Já foram esplanadas várias situações da falta dentro do setor de saúde. Algumas pessoas falaram que a Saúde está uma maravilha, mas não é bem assim. Representando uma categoria de profissionais, inclusive, estivemos ontem no HGR e pudemos comprovar que a falta existe, falta quase tudo. Temos recebido muitas denúncias dos nossos colegas profissionais e uma das questões, entre tantas outras, um material que é básico, o equipo, para você administrar uma medicação no paciente. Tem um tipo de equipo que é específico para um procedimento. Legalmente, não pode ser usado para outros procedimentos e só existe esse tipo de equipo no hospital. Nós fomos lá e fotografamos o que está sendo usado. Então, não adianta a gente querer esconder, porque está faltando sim. Os profissionais estão enlouquecendo lá dentro, estão virando zumbis, zanzando de um lado para o outro porque não sabem o que fazer. No trauma, é uma calamidade, e a gente fica desesperado vendo aquela situação. Não queremos que nossos profissionais saiam todos usando medicação tarja preta porque não temos mais condições de trabalhar. É triste vermos tudo isso! E é um sofrimento real, não estamos aqui para jogarmos pedras, é uma constatação. Queremos nos colocar à disposição para contribuir dentro do possível, queremos contribuir com a sua gestão. Espero que o senhor tenha muito sucesso. É isso que a gente quer da Saúde, queremos que ela mude. Essa fotografia que está aí é muito feia, é muito ruim, traz sofrimento para todos, para nós trabalhadores e para a sociedade principalmente. Então, a gente não quer que isso continue. A gente culpa os caminhoneiros, os venezuelanos, mas o que realmente estamos fazendo? Estamos à disposição. Algumas denúncias, vamos fazer chegar ao seu gabinete para que possamos achar solução. Obrigada.

A Senhora Representante do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais, **Roselândia Soledade Ribeiro Nem** – Bom dia a todos. Sou fisioterapeuta e estou representando a categoria. Quero cumprimentar o nosso Secretário e dizer que sabemos que a Saúde está um caos. Trabalho há dez anos em UTI, nunca vi uma situação faltar tanto como agora. Gostaria de saber, Senhor Secretário, o que está chegando nesta carreta de medicamentos? O Senhor tem conhecimento dos equipamentos que têm faltado com relação à UTI/trauma? Temos ventilação mecânica, falta filtro de umidificador, desde julho do ano passado não temos filtro no ventilador mecânico e os representantes dos aparelhos não recomendam usá-lo sem esse filtro, pois pode danificar o equipamento e causar o aumento de infecção respiratória do paciente. Esses filtros podem ser usados, no máximo, 48 horas no ventilador. O Senhor está a par desta situação? O senhor sabe se está vindo filtros para suprir a necessidade? Tem que ser uma quantidade muito grande. Gostaria até que o senhor visitasse a UTI e o trauma para o senhor saber sobre a questão do filtro umidificador e o filtro de barreira que está faltando há muito tempo na unidade, bem antes da imigração e da greve dos caminhoneiros, faltando mesmo. Então a gente pede uma maior atenção quanto a isso.

Quanto aos 40 leitos de UTI que o senhor falou, precisamos realmente de 40 leitos, mas precisamos de leitos completos. Está faltando tudo! Não adianta ter só o leito, precisamos do vácuo, do ambú, medidor de pressão, não adianta ter só o leito. Inclusive, há pouco mais de um

mês, antes de o senhor entrar, três leitos foram interditados por falta de material dentro da UTI, tendo vários pacientes do trauma querendo entrar. É importante que o senhor dê atenção especial ao trauma porque está faltando ar comprimido, oxigênio, para ligar os ventiladores mecânicos, não tem mais espaço suficiente para atender a demanda e os profissionais ficam correndo de um lado para o outro para dar um jeito. Muitas vezes, eles utilizam até o ventilador de transporte para poder suprir, para o paciente não morrer, ou então ficam abusando, ou esperar um paciente ir a óbito ou esperar ele ter alta. Sabemos que a demanda do HGR é maior, mas que o senhor dê atenção ao NEF, Núcleo de Reabilitação do Estado. Lá está faltando equipamentos para o fisioterapeuta trabalhar, no Coronel Mota e no Rede Cidadania. Que o senhor dê uma atenção maior, porque faltam equipamentos básicos. E eu queria saber do senhor se está vindo esses equipamentos, esses filtros, dentro dessa carreta que está vindo?

A Senhora **Maria De La Paz**, representando o Sindicato dos profissionais de enfermagem – Bom dia a todos. Nosso tempo é curto, então, vou cumprimentar o secretário Ricardo Queiroz e os demais, a população. Secretário, desde 2015 que a gente vem lutando por melhores condições de trabalho. Para quê? Para que a gente possa oferecer uma saúde de qualidade à nossa população. A gente fala que a mesa de negociação, que é onde se discute políticas públicas para o Estado, está parada, então, fracassada, o que a gente vai fazer em relação a isso? Fomos para uma greve, a greve de 12 dias foi suspensa por ordem judicial. Inicialmente, teríamos uma audiência hoje, mas teve essa audiência aqui. Então, é assim, tudo que a gente vem fazendo é lutando, e mostrando à população o que é a saúde hoje no Estado de Roraima, que vem se arrastando há um longo período. Acho válido quando a gente fale de mutirão. Os Mutirões? Ótimo, a gente dá uma celeridade. A gente dá uma resposta a essa população. Mas que resposta? Qual a qualidade? Porque a gente consegue beneficiar a população, a gente consegue gratificar um profissional médico porque ele trabalha com o mutirão, só eu. Os demais profissionais, enfermagem principalmente, estão ali e não estão ganhando nada mais por isso, trabalhando na sua carga horária dobrada e, quando a gente fala de resposta também, fora a gratificação salarial. Como é que a gente vai dar essa resposta a esse paciente? Como é que a gente vai garantir pós-cirúrgico de qualidade? Porque os leitos estão lotados. Estão todos ocupados. Onde a gente vai colocar esses pacientes? E como a gente vai manter esse pós-cirúrgico porque está faltando material. Está faltando medicação, isso é fato, porque nós estivemos lá ontem. Eu fico surpresa, por quê? Porque eu falo pela parte da enfermagem. Quando a gente solicita material da farmácia... antigamente, a gente mandava em duas vias, a farmácia ficava com uma e trazia o material. Quando ela trazia junto com o material, ela dizia o que tinha e o que não tinha. Hoje, não sei por que, não mandam mais. Dizem que a ordem é não mandar porque é um documento que fica respaldando a enfermagem de que não tem o material, a medicação. Só que aí fica a questão da falta de comunicação. Informam para gente que não tem. A gente liga e confirma, não tem. E depois tem? A gente quer parabenizar o senhor por aceitar essa jornada, a gente quer lutar junto. O senhor é novo na pasta, mas a gestão anterior já vem se arrastando e a gente não está oferecendo à população uma saúde de qualidade. Hoje, a gente está fingindo que faz saúde. Nós não estamos fazendo saúde. A questão do material, nós estamos num desespero o tempo todo. Eu estou aqui representando o sindicato e também a Comissão de Ética do Hospital e gostaria de chamar a todos para quando sair daqui, se possível, fazer uma visita ao trauma. Minha colega está aqui desesperada mandando mensagem que os pacientes estão morrendo. Estão tirando monitor de pacientes graves para colocar em pacientes mais graves e priorizando o mais grave e a gente não está conseguindo fazer essa assistência. A gente quer dizer que existe, sim, coisa positiva na Saúde, a vontade do profissional ainda de trabalhar. A vontade do profissional ainda de dar essa carga. Só que os profissionais estão adoecendo, já está impactando na vida física, mental, e já começou a interferir negativamente, inclusive, na vida ética profissional, porque, quando a gente finge que faz saúde, a gente faz alguns procedimentos tentando ali, num cenário de guerra, readquire algum procedimento. Quando a gente não consegue oferecer esse procedimento com segurança, chega a reclamação no Conselho e a gente está começando a responder eticamente. Então, assim, estamos aqui, queremos lutar junto com o senhor, junto com os órgãos fiscalizadores, mas nós queremos oferecer uma Saúde de qualidade para a população de Roraima e isso impacta. Tendo material e medicamento, isso já melhora e muito a qualidade da saúde dos nossos profissionais que estão adoecendo. Então, o que a gente vai fazer para dar uma resposta positiva e rápida? A gente não pode esperar muito pela licitação, a gente não pode esperar pelo caminhoneiro, a gente tem que dar uma resposta rápida. Lembrando que a gente aceita até perder a guerra, mas perder a guerra lutando, não perder a guerra sem entrar no cenário de batalha. Obrigada.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Com a palavra, a Senhora **Fabiola Gibson**, Representante do Conselho Regional de Nutricionista da 7ª região.

A Senhora Representante do Conselho Regional de Nutrição **Fabiola Gibson** – Boa tarde a todos em nome do Deputado Jorge Everton. Eu agradeço o convite e agradeço os demais deputados aqui presentes, o Secretário, a Doutora Jeane, que, no momento, não está aqui presente, e me colocar à disposição de todos se precisarem para trabalhos posteriores. Sabemos que a situação alimentar e nutricional, ela exerce uma influência direta no processo de saúde e adoecimento dos indivíduos, o que muito foi discutido nessa manhã. E a Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral está realizando hoje, em Brasília, o primeiro fórum de discussão sobre o combate à desnutrição hospitalar. E esse encontro tem o objetivo principal de alertar o combate, de alertar os profissionais e os líderes governamentais sob o perigo dessa desnutrição. Atualmente, estima-se que esse perigo dessa desnutrição, ela chega a 60%. Essa estatística, ela é alarmante pois a desnutrição acarreta uma série de problemas, aumenta em 3 vezes o tempo de internação, em 4 vezes o risco de desenvolvimento de lesões por lesões, além de elevar consideravelmente o risco de mortalidade. A desnutrição em pacientes hospitalizados repercute negativamente em seu estado clínico e agrava quando o paciente internado, que já se encontra com seu apetite alterado e com ingestão alimentar comprometida, se depara com serviço de alimentação e nutrição ineficaz e que não atende à contento ao fornecimento das refeições e do aporte nutricional apropriado para a clientela que necessita ser assistida.

Diante disso, questiono, senhor Secretário, o que o Estado tem feito para que esses serviços fornecidos pelas empresas contratadas para o desenvolvimento deste ocorra com qualidade, sem atrasos, visto que, se o alimento não chega ao doente, compromete o plano de trabalho, principalmente do profissional nutricionista, na melhora do aporte do nutricional do paciente... E o principal, não atende ao paciente que necessita do aporte nutricional adequado para recuperação e alta. Outro questionamento que farei é sobre a atenção nutricional. Compreende aos cuidados relativos à alimentação e nutrição voltados à promoção, proteção e saúde, prevenção de diagnósticos e tratamentos e agravos que devem estar associados às demais ações de atenção à saúde de indivíduos, saúde de comunidade, de forma a contribuir para a conformação resolutiva e humanizada de cuidados.

Na área da saúde pública, a saúde básica é ordenadora da atenção nutricional, onde, através dela, nós identificamos os principais agravos e as necessidades de saúde relacionadas à alimentação e nutrição, além de nortear na organização e coordenação do cuidado junto aos demais pontos de atenção. Nesse contexto, o profissional nutricionista está inserido na política de nutrição e alimentação e em diversos programas como Bolsa Família, NASFE Suplementação de Ferro, Vitamina A, NUTRISUS, na promoção e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis. Dentre elas, destacamos sobrepeso e obesidade, doenças cardiovasculares e diabetes, que estão entre as principais causas de mortalidade e morbidade e que possuem fatores de risco de estilo de vida e alimentação adequada. Destaco a insegurança nutricional e alimentar que o nosso estado tem vivenciado frente a duas realidades. São elas: o aumento do sobrepeso e obesidade da população brasileira em contrassenso com a crise humanitária dos imigrantes nos casos de desnutrição acentuada. Podemos observar, é só a gente ir ao hospital. Nessa conjuntura, o profissional nutricionista atua nos programas e progressos voltados à atenção nutricional, na assistência clínica, ambulatorial e hospitalar, nas unidades de saúde e secretarias, enfatizo a de Saúde, a do SETRABES, a de Segurança Pública e Educação.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – A senhora está com o tempo estourado aqui de sete minutos, então, passo logo a palavra ao Secretário Ricardo Lopes, dado ao avançado da hora, para que ele responda a pergunta de todos os representantes. A senhora veio com um livro aqui e leu algumas páginas, poderia ter resumido a parte e aí ficaria a critério de todos. Com a palavra, o Secretário Ricardo Lopes.

O Senhor Secretário de Saúde do Estado de Roraima, **Ricardo Lopes** – Meus amigos, em decorrência do avançado da hora e contando com a colaboração de todos os presentes aqui, os sindicatos, os representantes de classe, nós tivemos uma aula sobre cada categoria, então, é viável ouvir cada categoria. Eu fico à disposição para dirimir alguns pontos. Vou começar pelo seguinte: a obrigação de todos nós que estamos aqui na saúde é fiscalizar. Cada categoria tem que fiscalizar e, se está ruim a sua categoria, aumente a fiscalização, cobre. Eu estou lá na Pasta temporariamente, isso eu tenho certeza, é gestão isso daí, mas a categoria tem que se estruturar, colegas. Tá bom, sei detalhadamente o que temos que fazer para dar uma resposta a nossa classe, vamos dizer assim. Então, eu me coloco à disposição para, posteriormente, debater

individualmente com cada um. São várias questões, mas a principal é a proteção de cada classe, são os seus interesses, é você viabilizar um ambiente de trabalho propício para as pessoas desempenharem suas funções, dando condições materiais e humanas. A humanização, a importância de todas as categorias, isso é inevitável, isso aí é inerente ao sistema de saúde, porém eu gostaria de finalizar com a transcrição de um trecho atribuído ao General Richard Nunes, no Rio de Janeiro, que faz parte da intervenção, que começa mais ou menos assim... Isso foi transcrito por mim para vídeo que vi.

Tivemos a decretação da intervenção federal na segurança pública em fevereiro e muito do que se tem lido tem se percebido certa crítica. Nós imaginamos ter solução imediata para um problema de várias décadas. A crise na Segurança Pública pode ser, mas, antes de ter crise na Segurança Pública, tem crise em toda uma vasta atividade porque a crise é sistêmica, ela envolve praticamente toda a atividade humana no nosso país. Particularmente, o nosso Estado, a educação está em crise, saúde está em crise, temos crise no setor previdenciário, nos transportes, sistema penitenciário, só se fala em crise. Agora, a principal crise é ética e moral, que se abateu fortemente em nosso país com as lideranças que, hoje, estão aí presas pelo mal que fizeram, com péssimos exemplos para a nossa juventude. Uma sociedade totalmente desalvorada, que não sabe onde vai. É muito mais grave que qualquer outra crise, porque essa vai dar mais trabalho para resolver e essa se resolve com gente decente e séria, que seja capaz de colocar os interesses da sociedade acima dos seus interesses pessoais e que tenha a visão de futuro, se deixar algo melhor para quem vai lhe suceder. O egoísmo exacerbado nos trouxe esse estado de coisas, por isso estamos assim e assim não dá para viver. Então, hoje está todo mundo alarmado, mas ninguém se preocupou em evitar que isso acontecesse. É muito comum ouvir críticas, acredito que todos aqui... Poxa, essa marginalidade não respeita mais o policial, essa pergunta está totalmente mal elaborada, o que temos hoje é a criança que desrespeita o pai e mãe, é uma criança que vai para a escola e não respeita o professor, é um adolescente na rua que não respeita uma pessoa mais velha... É um desrespeito completo pela sociedade, uma sociedade que foi ensinada a não ter valores, a não respeitar absolutamente nada. Eu acho pertinente a fase que estamos vivenciando a nível de Brasil, mas eu não quero ver esse estado com uma intervenção, então, por isso que é importante um debate. Só unindo força nós temos a capacidade de mudar isso, mas isso se chama ética de cada profissão, cada um de nós. Eu tenho curso de contabilidade e direito, sou bacharel em direito, pós-graduado em auditoria, e cada um de nós faz o juramento, e eu espero que o juramento das categorias seja cumprido. Existe falhas no sistema, existem! Só não podemos abrir mão. Estão sendo resolvidas, estão, mas é essa união que é mais importante para o nosso Estado. Por diversas vezes, eu já falei com alguns deputados sobre essa situação, então, meus amigos, eu me coloco à disposição para as demandas das categorias, em breve nós estaremos debatendo.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Devido ao adiantado da hora, as considerações praticamente já foram feitas por Vossa Excelência. Peço desculpas à senhora **Fabiola Gibson**. Não sendo deselegante, mas é que nós temos tempo e esse tempo tem que ser seguido por todos. Finalizando, aqui peço à Promotora de Saúde, Dra. Jeanne Christine de Andrade Sampaio, que use a palavra e faça as suas considerações finais.

A senhora Promotora de Saúde **Jeanne Christine de Andrade Sampaio** – Deputado **Masamy Eda**, é uma honra muito grande estar presente aqui. Eu gostaria de saudar os Deputados Jorge Everton e Aurelina Medeiros e, na pessoa deles, os demais deputados presentes nesse evento. Na pessoa do enfermeiro Josias Neves, gostaria de saudar todos os representantes dos conselhos dos profissionais e sindicatos da saúde. Senhores servidores da saúde, gostaria de saudá-los, cumprimentá-los, eu sei que a vida dos senhores não é fácil, as críticas são muitas, as missões são árduas e os problemas são infinitos, mas precisamos sempre contar com a seriedade de todos vocês na busca da solução desses problemas. Eu queria aproveitar para cumprimentá-los na pessoa do doutor Ricardo Queiroz, que, não originariamente da Saúde, mas já mostrou o compromisso que tem com essa secretaria, que é uma das, talvez, mais complexas de se administrar, porque todas as matérias pertinentes a outras secretarias, a Saúde absorve.

Senhoras e senhores, queria pedir desculpas por essa voz, não é charme, não falo como o Secretário, uma voz tão bonita, mas a gripe me pegou. E só para lembrar que a saúde é um direito todos e um dever do Estado, mas ela também, quando há situações adversas, atinge a cada um de nós. E a doença chega sem avisar. Para isso, nós precisamos estar preparados; para isso, nós precisamos de um sistema de saúde eficiente, que possa realmente responder de fato as necessidades da nossa população. Nós não podemos esquecer que nós não lidamos com prontuários, processos, nós não lidamos com números, nós lidamos com

pessoas. É para as pessoas que a Saúde existe e é muito difícil, às vezes, diante dos problemas, lembrar que, além daqueles números, tem uma pessoa precisando muito de resposta adequada para o seu tratamento, para a recuperação da saúde. Mas a gente também não pode esquecer que, além da recuperação – e aqui a gente está falando basicamente disso, o que falta para as pessoas tratarem suas doenças –, existe uma questão muito importante, com direito à garantia à saúde, que é a prevenção e a promoção nesse aspecto. A Saúde não é como eu acho, como a deputada Aurelina falou, uma obrigação somente do Estado, somente do poder público, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Ela é uma responsabilidade de cada uma de nós. A Saúde é o resultado, muitas vezes, das nossas escolhas. Claro, nós temos a carga genética, mas nós, cada cidadão também pode contribuir para que o adoecimento não aconteça, buscando alternativas, estilos mais saudáveis. A gente aqui não está querendo dizer que a culpa pelo caos na saúde é de A, B ou C, ou mesmo das próprias pessoas, porque, independente dessas escolhas, há escolhas erradas, mas a gente tem que ter os mecanismos para a recuperação da saúde. E, aí, Ricardo, nós temos na Saúde situações agudas e situações crônicas. As agudas, elas são mais fáceis de resolver. Talvez, hoje, nós estejamos diante de uma delas. Nós visitamos o problema, fomos ao Hospital Geral, vimos a situação que se encontra, o pessoal da enfermagem. O senhor visitou também, viu a situação que o hospital se encontra. O Ministério Público já entrou com as ações civis públicas, tanto na questão de números de leitos, quanto na questão do abastecimento, não só do Hospital Geral, mas nas diversas unidades da saúde. E, nos casos especiais, a gente atua também. Esses são os mais agudos ainda e os mais fáceis de resolver, porque, a maior parte das vezes, a gente bloqueia os recursos na conta do Estado, nem a decisão judicial tem sido suficiente para compelir o Estado a garantir a saúde individual do paciente que procura o serviço. E o Ministério Público, muitas vezes, ao lado de outros atores, entra com as ações individuais, ganha a decisão favorável e a gente, infelizmente, deputado, bloqueia o recurso, dá o dinheiro para o paciente, o paciente compra o medicamento ou faz a cirurgia ou procedimento que ele precisa, traz a nota fiscal para a gente e a gente apresenta para prestação de contas. Para juiz, isso dá um trabalho tremendo, a gente não gosta de fazer isso, mas, em razão do problema, a gente precisa fazer. É um problema imediato, não dá, é vida ou morte. Quando a gente fala de organização, planejamento e gestão, eu pergunto aos senhores representantes de conselho e sindicatos, quem vai receber o dinheiro que a gente eventualmente consiga bloquear na conta do Estado para fazer essa compra para o abastecimento do Hospital Geral, Hospital das Clínicas, Coronel Mota, Centro de Referência ou Maternidade? Muito mais difícil, quem vai executar a obra para concluir a obra do HGR? Porque eu já fui uma vez, ano passado, e combinei com o Secretário que a gente vai novamente esse ano. A gente consegue desenrolar o que estava atrasando a obra. A obra estava totalmente atrasada e a gente sabe que existem outros problemas técnicos também, mas essa obra precisa ser concluída. Eu lembro que quando você entrou, Ricardo, você até chegou a dizer assim, mas, Doutora, será mais um prédio, mais unidade, mais uma estrutura, mais despesas para a gente manter, mais funcionários para a gente contratar. Ricardo, esse anexo, eu lembro de falar para você, é essencial, porque, quando movemos a ação, há quase dez anos atrás, olha a dificuldade de cumprir uma decisão judicial favorável e essa já transitou em julgado. Há quase dez anos atrás, era a necessidade de leito do Estado, o que foi contemplado tanto pelo Hospital das Clínicas, que, graças a Deus, já foi entregue esse ano, como o anexo do Hospital Geral. E isso foi numa época em que ninguém acreditava nessa necessidade, que todo mundo achava que era suficiente, mas a gente só vai ter mais leitos de UTI, nós só vamos ter mais leitos gerais, quando esse anexo ficar pronto. O Hospital das Clínicas, ele desafogou um pouco, mas a natureza dele é diferente da natureza do HGR, então, é urgente que a gente tem que resolver o problema da superlotação. Essa questão da conclusão do anexo do HGR e o abastecimento, eu já até pensei em bloquear o recurso realmente e entregar para o CRM ou para o Conselho Regional de Farmácia ou para o COREN. Alguém vai comprar esses medicamentos, pois o Ministério Público não pode. Eu entrar com a ação, bloquear e eu mesma comprar, não tem nem meios para isso. Administrativamente, é inviável para nós, mas isso também pode desestabilizar a saúde, então, a gente briga, Deputada, mesmo com a decisão judicial favorável para que eles... É quase uma pressão, desculpem por isso, mas é quase uma pressão diária mensal, anual, para que ocorra essa organização da gestão, ocorra o planejamento para que as coisas andem sem que a gente precise estar ali cobrando. Na visita que nós fizemos, há duas semanas atrás, no Hospital Geral, a primeira pessoa que liguei quando cheguei lá foi o Ricardo, porque eu me assustei com a condição do hospital. Eu tinha visitado, eu acho que uns dois meses antes, mas, na visita anterior a essa, parece que

as coisas fugiram totalmente do controle. São problemas de toda ordem, eram problemas que não podiam esperar. O Ricardo tinha acabado de chegar do interior, de uma unidade de saúde, e ele mandou a equipe dele lá e depois foi pessoalmente lá. O Deputado Jorge Everton esteve presente lá também e os problemas, Deputada Aurelina, Deputado Brito, Deputado Oleno, Deputado Masamy, eles foram resolvidos, ou pelo menos começaram a ser resolvidos naquela mesma noite, porque era necessário e, mais que isso, era possível. Muitas das situações, me lembro até com relação às centrais quebradas, que ficavam pingando em cima dos pacientes, tinha um balde enorme que pingava água do lado do leito de pacientes idosos. A empresa resolveu na mesma hora que foi chamada e que compareceu ao HGR. Então, são questões básicas que podem ser vistas pelas equipes técnicas, pelo corpo de servidores da unidade e que não precisa da intervenção de uma promotora de justiça, de um secretário de Saúde, de um coordenador, mas precisa de mecanismos sérios para a solução imediata, porque, naquele dia, eu acredito que a própria governadora se envolveu pessoalmente para buscar solução daqueles problemas. Então, existem situações crônicas na Saúde e eu faço voto, Ricardo, que você consiga estabelecer esses mecanismos para resolver essas situações crônicas, porque elas perdem o controle, elas agudizam, elas se tornam problemas imediatos que não podem deixar para resolver no dia seguinte, tem que ser naquele mesmo dia, naquela mesma hora, sob pena de colocar em risco a vida humana de pacientes, de profissionais de saúde, que têm todo o direito de estarem preocupados com as possíveis responsabilidades que possam surgir. A partir de um determinado evento que ocorra com os pacientes, a gente está afetando a vida dos familiares, a gente está afetando a vida da sociedade em geral porque, no ano passado, nós vivemos uma situação terrível, foi um temor de quem fosse para lá morria. Isso é péssimo para quem trabalha com a Saúde, isso é péssimo para quem faz o controle da Saúde. O senhor não vai precisar me cortar o microfone não, até porque eu não posso falar muito, promotor sem voz não tem o seu principal instrumento de trabalho. Terrível. Então, eu peço só mais um minuto para concluir.

Eu estive hoje pela manhã, antes de vir para cá, visitando o CDI junto com juiz da Segunda Vara da Fazenda Pública, numa diligência, numa ação civil pública que movi em 2014, salvo engano. Fiquei muito feliz de ver o aparelho de hemodinâmica instalado, que foi uma outra vitória do Ministério Público. Depois desse aparelho ter passado oito anos na caixa, a gente conseguiu, por decisão judicial e muita visita in loco, muita diligência junto à Secretaria, junto ao gestor da época, instalar o aparelho. O aparelho está funcionando, mas os procedimentos não estão acontecendo porque não tem material e são procedimentos de cateterismo, de angioplastia, de colocação de marca-passo. São vidas em risco, são pacientes que estão deixando de ser atendidos e que poderiam ser atendidos sem o TFD, Deputado. A Saúde está em crise em todo o país, mas os Estado mais desorganizado é que vai sentir de uma forma mais intensa a crise. E a gente precisa se organizar, a gente precisa ter mecanismos para cuidar da Saúde bem. Já finalizando, essa ação é uma herança do governo anterior, mas ela se mostra no governo de hoje também. Nós tivemos um problema com relação a esses insumos, não foi só de impossibilidade de compra, como se alega na maior parte do abastecimento da Saúde. O problema é de decisão de gestão, eles acham que não é relevante. Como tratar pacientes cardiopatas não é relevante? A cardiopatia não espera, quando você enfarta ou você faz o procedimento você vai agravar e vai morrer. Mas nós tivemos a interrupção do procedimento licitatório depois da licitação concluída por falta de assinatura da nota de empenho. Então, é uma decisão de gestão. Essas prioridades da Saúde precisam ser, de fato, prioridades. A gente precisa saber quem que está recebendo os pagamentos da Saúde. Qual é a ordem prioritária de pagamento? Não apenas da escolha do gestor, mas aquilo que é relevante, realmente, para a Saúde. A chegada da ordem, quais são os gastos? Hoje a gente faz na Saúde inúmeras terceirizações, mas não temos dinheiro para pagar todo mundo, e a maioria das falhas ocorre pela falta de pagamento. Ano passado, nós tivemos problemas com a empresa de alimentação, esse ano nós já tivemos novamente problemas com a empresa de alimentação, com a empresa de limpeza, por quê? Falta de pagamento. Se o dinheiro não é suficiente, nós temos que fazer como o orçamento doméstico, nós temos que eleger prioridades, gastar no que podemos. E aí nós temos não só o problema de pacientes cardiopatas, que, inclusive, tem uma emenda parlamentar, eu acho que foi da Deputada Lenir Veras, que fez um questionamento sobre as emendas parlamentares que existem. Tem uma emenda parlamentar da Deputada Angela Portela para melhorar o serviço de cardiologia do Estado de Roraima, da SESAU. Essa Emenda, o dinheiro já está na conta e a gente não vê movimentação para utilização e implantação. Se isso veio para Roraima, é porque as pessoas precisam, é porque a sociedade precisa e a gente precisa de

agilidade nisso.

Já finalizando, nós temos a buco maxilo, a ortopedia, o problema do intensificador de imagens, sem isso não tem como fazer neurocirurgia também, mas nós temos um problema sério de eletricidade no Hospital Geral. O serviço que é feito, eu sempre esqueço o nome do aparelho. Enfim, nós temos que corrigir a carga elétrica que o Hospital recebe, que é uma subestação do HRG, e já foi apontado problemas pela Eletrobrás. E, enquanto isso não for resolvido, Ricardo, não sei se tem mecanismos ou caminho para isso, mas, enquanto isso não for resolvido, a gente vai continuar tendo problemas de equipamentos que queimam, que precisam de manutenção e que não estão à disposição da população quando eles precisam usar esses equipamentos. E quanto que a gente vem gastando na SESAU? Já que a gente está falando de orçamento curto e de financeiro apertado, quanto que a gente vem gastando com manutenção de equipamentos que quebram por problemas elétricos? E a gente poderia resolver isso com uma boa rede elétrica no hospital e outros lugares. Então, o que nós precisamos, de fato, na Saúde, é efetividade e resolutividade. Eu peço, hoje, a você, Ricardo, como essa crise do abastecimento é uma crise crônica, antiga, grave, que precisa ser solucionada o mais breve possível, e já existe inclusive ação judicial para isso. Eu peço a você que verifique a possibilidade de uma auditoria independente, para nós sabermos exatamente o que acontece com o problema do abastecimento no HGR. É falta de dinheiro, de pagamento, de entrega, é má fé, é crime? A gente precisa abrir a caixa de pandora. Se for possível, eu gostaria de fazer essa solicitação a você.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Eu queria dizer uma coisa. Muita coisa do que a Doutora Jeane falou é problema de gestão. Você não pode ter ar condicionado pingando em cima da cama de ninguém. Mas eu vou me comprometer com uma coisa, como Comissão de Saúde, nós vamos pegar esse ano o orçamento da saúde e nós vamos sentar com todas as categorias funcionais que aqui estão para vocês entenderem o quanto é difícil a missão do parlamentar. Nós aqui aprovamos um orçamento de três mil e seiscentos, seis bilhões não cobriria a despesa desse ano. Nós aprovamos recurso aqui que só paga salário de servidor, inclusive da saúde, até junho. Nós aprovamos um orçamento que nós temos um por cento do orçamento para investimento nesse Estado. Então, temos um problema. Nós temos, desde 1988, quando a população era 100 mil habitantes, 120 leitos nesse estado. Quando se bloqueia recurso, a gente tira o recurso das transferências constitucionais aos Municípios, inclusive tira recurso de orçamento que não foi aprovado pelo Legislativo, o que é ilegal, a senhora sabe disso se bloquear recurso aprovado para outro serviço que não foi aprovado pelo Legislativo que é quem aprova o orçamento. Então, a gente tem que sentar. Eu vou contar só uma história que contei para o Melki. Um dia desses, eu fui na casa de uma pessoa que mora no Cauamé e ela me disse que, graças a Deus, ela era concursada. Falei para ela que bom, que eu tinha ficado feliz por ela, que é filha de uma conhecida minha. Ai, ela veio me dizer que só trabalha duas vezes por semana, de sete da noite às sete da manhã, são doze horas, dois dias dá 24 horas. Ai fica todo mundo doente. Tem muita coisa que precisa ser vista, mas eu vou convidar vocês e finalizar esse compromisso para a gente discutir o orçamento da Saúde de pé no chão. Obrigado a vocês.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** - Quero aqui parabenizar mais uma vez o Deputado Jorge Everton, pelo seu requerimento nesta Casa, juntamente aos nobres colegas deputados, a Deputada Aurelina, que como eu, faz parte da Comissão de Saúde nesse segundo biênio; Deputado Brito Bezerra, que tem conhecimento da matéria, aqui do Estado, que é líder, e está junto a todos os deputados; Deputado Oleno também. Quero fazer esse registro mais uma vez, que deixei até um pouco mais a promotora Jeane falar para que esse sentimento fique em todos aqui e para que essa Audiência... Secretário Ricardo, Vossa Excelência assumiu a Secretaria há mais de um mês, já é o quarto ano do governo e já se passaram praticamente cinco secretários. É uma pasta muito difícil, é uma missão que você acabou de receber, mas eu acredito que, com o relato da Aurelina, essa Casa aprovou aqui mais 600 milhões, 547 milhões, do orçamento da Saúde, que foi aprovado por nós, deputados. E a Promotora Jeane foi enfática em todo o seu relato aqui. O tempo seria curto, mas uma das providências tomadas aqui, da população, é diretamente tanto aos deputados, que são procurados, principalmente nós que fazemos parte da Comissão de Saúde, como a própria Promotora do Ministério Público da Saúde, na qual é solicitada. Então, quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos, desejar ao Secretário que logo, logo, venha fazer a prestação de contas quadrimestral. Seja mais enfático, seja diferenciado dos outros, tenha resolutividade. Tem algumas pessoas aqui hoje, você presenciou alguns representantes de Conselho, de sindicato, na qual falaram aqui diretamente os problemas que, nesse exato momento, estão

acontecendo lá e muitas pessoas não tem como chegar até você e passar essa dificuldade. Então, eu quero pedir aqui, em nome dessa Casa, para que possamos, mais uma vez, nos encontrar. E eu tenho certeza que você dará aqui o seu melhor, o seu profissionalismo, porque capacidade você tem. Seja mais enfático com a classe, respeite todos os representantes, porque, com certeza, o sentimento que eles estão falando é da população.

Alcançada a finalidade da Comissão Geral eu a declaro encerrada. Boa tarde a todos. Agora, retomaremos os trabalhos na fase em que se encontrava. Passaremos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais. Não havendo quem queira usar do Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, às treze horas e onze minutos, encerro a Sessão, convocando outra para o dia 12, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

ATA DA 2695ª SESSÃO, EM 12 DE JUNHO DE 2018.

55º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER.

Às nove horas do dia doze de junho de dois mil e dezoito, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima nonagésima quinta Sessão Ordinária do quinquagésimo quinto período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convidou os Senhores Deputados Gabriel Picanço e Valdenir Ferreira para atuarem como Primeiro e Segundo-Secretários *ad hoc*, respectivamente.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Valdenir Ferreira** - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queiram discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor-Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei nº 061, de 12/06/18, de autoria do Deputado Jalser Renier, que “dispõe sobre a publicação na internet de lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS e dá outras providências”; Projeto de Lei nº 062, de 08/06/18, de autoria do Deputado Marcelo Cabral, que “dispõe sobre a locação de tomógrafos nas Unidades de Tratamento Intensivo- UTI dos hospitais estaduais e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo nº 022, de 06/06/18, de autoria do Deputado Jorge Everton, que “declara de Utilidade Pública a Yawara Associação de Proteção Animal e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo nº 023, de 11/06/18, de autoria do Deputado Coronel Chagas, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima aos integrantes da Polícia Militar que menciona e dá outras providências”; Indicação nº 221, de 05/06/18, de autoria do Deputado Izaías Maia, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 42, no município de Rorainópolis-RR; Indicação nº 222, de 05/06/18, de autoria do Deputado Izaías Maia, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 41, no município de Rorainópolis-RR; Indicação nº 223, de 05/06/18, de autoria do Deputado Izaías Maia, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 13, no município de Rorainópolis-RR; Indicação nº 224, de 05/06/18, de autoria do Deputado Izaías Maia, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 03, no município de Rorainópolis-RR; Indicação nº 225, de 05/06/18, de autoria do Deputado Oleno Matos, encaminhando ao Governo do Estado, para criação de Laboratório de Genética Forense do Instituto de Criminalística do Estado de Roraima, com o escopo de se implantar banco de dados de DNA, com finalidade forense, conforme determina a Lei Federal nº 12.654/2012, em seu art. 3º; Indicação nº 226, de 06/06/18, de autoria da Deputada

Ângela A. Portella, encaminhando ao Governo do Estado, para inclusão de mel de abelha na merenda escolar dos alunos da rede pública estadual de ensino; Indicação nº 227, de 06/06/18, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da vicinal que interliga a Vila do Taiano à Comunidade Indígena do Pium e da vicinal que interliga as Comunidades Indígenas Pium, Anta I e Anta II, ambas localizadas no município de Alto Alegre-RR; Indicação nº 228, de 06/06/18, de autoria do Deputado Izaías Maia, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da vicinal 22, no município de São Luiz"; Indicação nº 229, de 05/06/18, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de cerca de 25 km da Vicinal 05, município de Caroebe; Indicação nº 230, de 05/06/18, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de cerca de 21 km da Vicinal 07, município de Caroebe; Indicação nº 231, de 05/06/18, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de cerca de 17 km da Vicinal 12, município de Caroebe; Indicação nº 232, de 05/06/18, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de cerca de 20 km da Vicinal 14, município de Caroebe; Indicação nº 233, de 05/06/18, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de cerca de 18 km da Vicinal 16, município de Caroebe; Indicação nº 234, de 11/06/18, de autoria do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para regularização da prestação dos serviços de transporte escolar da Escola Estadual Mário Homem de Melo, localizada na Serra Grande I, município de Cantá-RR; Indicação nº 235, de 11/06/18, de autoria do Deputado Odilon Filho, encaminhando ao Governo do Estado, para construção de uma escola estadual no bairro Pedra Pintada; Indicação nº 236, de 08/06/18, de autoria do Deputado Odilon Filho, encaminhando ao Governo do Estado, para construção de uma escola estadual no Conjunto Habitacional Manaíra, bairro Cruviana; Indicação nº 237, de 07/06/18, de autoria do Deputado Odilon Filho, encaminhando ao Governo do Estado, para construção de uma escola estadual no bairro Dr. Airton Rocha (Conjunto Habitacional Pérola); Indicação nº 238, de 07/06/18, de autoria do Deputado Odilon Filho, encaminhando ao Governo do Estado, para construção de uma escola estadual no bairro São Bento; Requerimento nº 048, de 05/06/18, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo a votação em destaque de dispositivos normativos do Projeto de Lei nº 022/18, com vetos constantes da Mensagem Governamental nº 028/18; Requerimento nº 049, de 08/06/18, de autoria do Deputado Marcelo Cabral, Presidente da Comissão Externa criada nos termos da Resolução nº 029, alterada pela Resolução nº 035/17, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento; Requerimento nº 050, de 11/06/18, do Deputado George Melo, Presidente da Comissão Interna criada nos termos da Resolução nº 024/2017, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento; Proposta de Moção de Aplausos nº 011, de 07/06/18, do Deputado Soldado Sampaio, ao Soldado da Polícia Militar Élio Gomes Aquino, por sua heroica ação policial na guarita da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (PAMC), no dia 15 de abril do corrente ano; Proposta de Moção de Pesar nº 012, de 07/06/18, do Deputado Soldado Sampaio, pelo falecimento da Sra. Maria Perpétua Mangabeira, proprietária da "Paçoca da Tia Nega", na madrugada de 07 de junho do corrente ano; Memorando nº 015, de 08/06/18, do Deputado Valdenir Ferreira, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 30 de maio do corrente ano; Memorando nº 016, de 08/06/18, do Deputado Valdenir Ferreira, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 07 de junho do corrente ano; Memorando nº 048, de 06/06/18, do Deputado Marcelo Cabral, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 06 de junho do corrente ano; Memorando nº 052, de 29/05/18, do Deputado Mecias de Jesus, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 02, 03, 10 e 16 de maio do corrente ano; Memorando nº 054, de 05/06/18, do Deputado Mecias de Jesus, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 05 e 19 de abril do corrente ano; Memorando nº 055, de 05/06/18, do Deputado Mecias de Jesus, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 11, 12, 18 e 24 de abril do corrente ano.

DIVERSOS:

Comunicado nº AL244876, de 23/01/2018, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Valderleide Baraúna Brandão, no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais); Comunicado nº AL000075, de 08/03/2018, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Nova Esperança, no valor de R\$ 4.878,00 (quatro mil oitocentos e setenta e oito reais); Comunicado nº AL000076, de 08/03/2018, do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Hildemar Pereira, no valor de R\$ 47.808,00 (quarenta e sete mil oitocentos e oito reais); Comunicado nº AL000077, de 08/03/2018, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Roraima, no valor de R\$ 4.878,00 (quatro mil oitocentos e setenta e oito reais); Comunicado nº AL004115, de 16/03/2018, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação e Desporto, no valor de R\$ 418.991,77 (quatrocentos e dezoito mil novecentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos).

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** procede à chamada.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** - Bom dia a todos os presentes que nos assistem pelo canal da Assembleia, os que nos ouvem pelas rádios, os que estão aqui nesta Casa hoje. O que nos traz aqui nesta Tribuna desta Casa, mais uma vez, é o descaso do governo estadual com as pessoas que vivem, que precisam do apoio do governo no interior deste estado. Hoje pela manhã tive um contato informando que a Escola Estadual Vidal da Penha Ferreira, localizada no Município do Caroebe, Vila do Entre Rios, está com as aulas paralisadas, hoje, por falta de transporte escolar, por falta de pagamento para as terceirizadas que trabalham com esse transporte. Há mais de onze meses os empresários do transporte escolar não recebem o seu pagamento e quem sofre com isso não é somente o empresário, mas, especialmente, são as crianças, os alunos daquela localidade que deixam de receber a assistência e o ensino adequado e preparado. Lá sim tem professores preparados, qualificados, que dão o seu sangue para ajudar, ensinar e educar esses alunos. No entanto, o estado está deixando de cumprir seus compromissos, está deixando de pagar as empresas que dão suporte nas escolas estaduais. Estamos falando apenas de uma escola, mas no estado inteiro a situação está do mesmo jeito. Todos os municípios deste estado, todas as escolas estaduais estão no mesmo patamar com transporte escolar atrasados, terceirizadas sem receber e a população penalizadas.

Quero chamar a atenção aqui dos Deputados desta Casa, das autoridades competentes, para a questão dos recursos que deixam de ser investidos na educação, pois a educação tem recurso, dinheiro, orçamento, mas não tem gestão e nem compromisso com o povo de Roraima e, em especial, com o povo do Caroebe, lá no entre Rios.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Marcelo, tenho andando pelo interior deste estado todos esses finais de semana, e a sua fala, hoje, é extremamente pertinente. A informação que eu tenho é que a Governadora aditivou mais 60 milhões no transporte escolar e o que acontece? Não aumentou a frota, as crianças estão saindo das vicinais às três horas da manhã para irem à escola e, normalmente, quando chegam na escola às nove da manhã, não têm merenda, aí essas crianças não comem, acaba a aula, mas elas só vão chegar na casa delas depois das dezesseis horas, Deputado. Não sei se já fizeram essa reclamação para Vossa Excelência, Deputado, mas me surpreende fazer um contrato dessa natureza e não aumentar a frota para dar uma qualidade melhor a essas crianças que seriam para elas saírem, tipo, seis horas, seis e meia para às sete e meia estarem na escola. O que está acontecendo? Elas estão saindo entre quatro, três horas da manhã e não estão se alimentando o dia inteiro. Então, que produtor rural nós vamos ter daqui a 20 anos? Que trabalhador nós vamos ter? Provavelmente, um desnutrido por culpa única e exclusiva da Governadora Suely. Espero que isso acabe, que todos os Deputados se mobilizem para investigar o que está acontecendo. Se fez um aditivo para botar as caminhonetes, os ônibus, para trabalharem e dar mais qualidade aos estudantes. Agora, não deixar os estudantes sem merenda e sem transporte e, ainda, com um contrato absurdo, um aditivo.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** continua – Peço ao setor de taquigrafia que insira o aparte do Deputado em meu pronunciamento. Deputado George Melo, a empresa TRANSRIO, de propriedade do empresário José Monteiro, está há onze meses sem receber o repasse do transporte escolar. Ou seja, imagine você trabalhando por quase um ano e não receber, como é que ele vai oferecer um trabalho adequado, devido para ajudar as escolas e alunos que precisam e necessitam desse transporte? O pior não é isso, o pior, Deputados, é que chega recursos, há dinheiro, há orçamento, o que está faltando, realmente, é a gestão e o compromisso desse governo que não ajuda e nem se preocupa com o povo

de Roraima.

Deixo, também, aqui, a questão da empresa terceirizada LIDAN que ajuda a manter as escolas, mas está há mais de oito meses sem receber. Imaginem vocês, como está a situação das pessoas que trabalham, que têm suas contas para pagar... A tarifa de energia chega todos os meses nas casas dos funcionários, assim como a tarifa de água e, também, há necessidade diária de alimentação e até mesmo de remédio para comprar quando se está doente. No entanto, não há o salário no final do mês por falta de compromisso desse governo que não está ajudando as pessoas que necessitam neste estado.

Quero chamar a atenção dos órgãos de controle do estado, assim como os federais, que acompanhem essa denúncia sobre a educação que não está recebendo o transporte escolar pelas terceirizadas, por falta de compromisso de um governo irresponsável que não vê o sofrimento do povo roraimense, do povo do meu interior, do povo do interior que precisa ter um carinho especial. O nosso papel de Deputado Estadual é acompanhar, fiscalizar e andar. Aqui chamo atenção mais uma vez desta Casa, Deputados e Deputadas que andam e visitam todo o interior deste estado, essa denúncia é sobre o Município do Caroebe, lá na Vila de Entre Rios, na Escola Estadual Vidal da Penha Ferreira. Quero chamar a atenção dos órgãos de controle Ministério Público Federal e Estadual para que apurem essa falta de respeito e irresponsabilidade do governo do Estado.

Encerro as minhas palavras, dizendo que isso não ocorre só no Caroebe, mas em todo o interior do estado de Roraima. Falta pagamento para as terceirizadas responsável pelo transporte escolar. Falta merenda escolar que não chega às escolas estaduais do interior. A vocês eu deixo o meu compromisso, a minha cobrança, aqui nesta Tribuna, ao governo do estado, um governo irresponsável que não ajuda o estado de Roraima. Obrigado e bom dia.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, imprensa, colaboradores da Casa, imprensa, amigos e amigas que visitam as galerias deste Poder, meu cordial “bom dia”. Mando, também, um abraço especial a todos aqueles que nos acompanham nas redes sociais e também através da TV/ALE. Senhor Presidente, diante dessa situação tão crítica no nosso país, situação econômica, sem falar da política e diversas outras coisas que afligem o nosso povo e a nossa gente. Nós, como parlamentares temos a obrigação de apresentar propostas aqui nesta Casa Legislativa que possa mudar esse quadro econômico do nosso país e aqui falo especialmente do nosso estado de Roraima. Deputado Joaquim Ruiz, só se fala em não pagamento. Só se fala em falta de recursos, em diminuição do poder aquisitivo e por que não pensar em algo que possa crescer no bolso do cidadão roraimense? Recursos pelos quais podemos possibilitar a melhoria da qualidade de vida desse povo do estado? Semana passada eu apresentei aqui um projeto de lei e, agora há pouco, na sala *vip*, comentei com o Presidente desta Casa, Deputado Jalser, para que nós pudéssemos aqui evoluir com a apresentação desse Projeto, que é sobre a reposição florestal. Nós sabemos que no sul do estado a indústria brasileira está paralisada e precisa urgentemente de nós, da classe política deste estado. Eu trouxe aqui, com a permissão de Vossas Excelências, um projeto para que nós pudéssemos resolver, se não no todo, mas em parte, essa questão da reposição florestal e oportunizar o destravamento desse setor tão importante para o nosso estado.

Outro setor que clama por providências, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, e que virou aqui algo emblemático no nosso estado, é o setor de mineração. Quando eu falo de mineração, as pessoas se voltam logo para a garimpagem, para extração de minério sem a atenção devida à legislação ambiental. Se fala logo em colher diamantes lá no Tepequém. Se fala logo em degradação, mas nós, nos dias atuais, nos referimos à mineração, nos referimos à empresa, pessoas jurídicas que possam extrair recursos em conformidade com a legislação.

Senhoras e Senhores, Senhor Presidente, nós temos, no estado de Roraima, mais de 100 áreas já identificadas como áreas em potencial para que possamos explorar minérios. Vejam Vossas Excelências, tenho um comparativo importante: No estado do Amazonas, em 2017, se arrecadou com tributos cerca de 10.300.000,00 com impostos advindos da área de mineração. No estado do Amapá, foram 9.200.000,00. No estado de Roraima apenas 242 mil foram arrecadados com o setor de mineração. Basicamente, aqui, só se arrecada com água mineral, areia e argila. São três potenciais em minérios extraídos e que se paga tributos. Mas e os demais que são extraídos, que são ilegais, e que coloca nas prisões muitas vezes pais e mães de famílias que são acusados de garimpagem? Porque não temos uma legislação ambiental oportuna para que possamos minerar. Então, temos que fazer aqui, nesta Casa, um projeto de lei em que nós possamos minerar, de acordo com a legislação.

O Deputado Soldado Sampaio, que está aqui nesta Casa, apresentou um projeto de lei que se tornou lei, é a Lei 1.210, de 24 de novembro de 2017. Foi aprovada nesta Casa e foi sancionada pela governadora. Mas como foi feita à toque de caixa, para regulamentar, em especial, fica prejudicada porque faltou a EIA/RIMA, que é uma autorização importante acolhida pelos órgãos ambientais para que se possa extrair minérios e outros recursos. Nós nos esquecemos de fazer algumas introduções importantes no corpo dessa lei. Se fala em cascalho, em granito, em laterita e deixa de fora outros minérios importantes que temos aqui, como também a cassiterita, o ouro, o diamante, enfim, tantos outros. E o que eu proponho hoje aqui é que nós possamos fazer uma alteração profunda dessa lei apresentada por Vossa Excelência, que é muito importante, que resolveu parte dos problemas do setor, mas nós travamos outra. E eu não quero aqui que apenas nós, os Deputados estaduais e suas assessorias, se reúnam, eu quero, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como é um setor importante, tal qual é o setor madeireiro, da pecuária, que é um arranjo produtivo importante, o do arroz, que é um arranjo produtivo consolidado no nosso estado, pelo qual criamos legislações pertinentes, eu quero que esses setores evoluam de vento em poupa, graças a projetos feitos por esta Casa. Que a gente possa se reunir, senhor Presidente, em audiência pública aqui nesta Casa, com pessoas ligadas a este setor de mineração.

O que eu quero aqui é fazer alterações juntos com Vossas Excelências na Lei 1.210/17, para que nós possamos autorizar, dar condições ao setor de mineração do nosso estado, crescer, se desenvolver e, em especial, gerar os empregos que o nosso povo tanto almeja. Todos sabem, o Brasil sabe, porque não dizer o mundo, que o Estado de Roraima é o estado brasileiro com o maior potencial de recursos minerais do Brasil. Nosso estado é rico, é forte. Estamos em cima, sentados ou em pé, de bilhões de recursos minerais e o nosso povo clama, muitas vezes com fome, muitas vezes, por falta do mínimo existencial para suas famílias. Portanto, eu quero definir com Vossa Excelência, Senhor Presidente, com a Mesa Diretora, com a Comissão de Indústria, Comércio, Serviço e Turismo, a qual eu presido, com a Comissão do Meio Ambiente, uma data para que possamos iniciar essa discussão o quanto antes e bem em breve apreciar as alterações feitas por este parlamentar na Lei 1.210/17. Volto a dizer, para fazer existir o setor de mineração no nosso estado de Roraima. Não estou aqui defendendo garimpagem, estou defendendo que nós parlamentares consigamos aprovar legislação pertinente, autorizando mineração, para enriquecer o povo do nosso estado a partir do seu trabalho, de forma legal, de forma que esta Casa Legislativa mostre, mais uma vez, sua altivez e o seu compromisso, de oportunizar para o seu povo as condições necessárias para se viver bem. E que muitas vezes, os nossos filhos e os nossos netos possam dizer, de forma orgulhosa, que moram num estado rico, onde tem políticas sérias e que conseguem viver bem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado Brito, obrigado pelos apartes. Bom dia a todos os presentes aqui nesta Sessão de terça-feira. Parabéns Vossa Excelência pela iniciativa, de buscar, a cada dia, mecanismos de políticas públicas para o desenvolvimento do estado de Roraima, em especial, do setor primário. De fato, nós fizemos uma proposta de lei, conseguimos, depois de um ano de batalha tentando convencer as comissões, a Assessoria Jurídica da Casa. É um assunto muito delicado pelo fato de boa parte dessa legislação ser de competência da União e as consultorias, os pareceristas, ficam muito cautelosos em opinar referente a esse assunto, receosos de contradizer alguma norma, algum entendimento da lei federal. Mas temos clareza que muitas das competências, compete sim ao estado. A FEMARH compete a esta Casa tomar iniciativa para buscar regulamentar esse vácuo que existe na legislação federal, que é de competência da legislação estadual para nós regulamentarmos de uma vez por toda.

Nós fizemos, de fato, um projeto de lei que procurou regulamentar a exploração dos minerais de lava dois, que é o chamado cascalho, piçarra e areia. As pessoas estavam vulneráveis pela falta de uma legislação para explorar, de fato, esses minerais aqui em Roraima, pois a exploração se daria através do EIA/RIMA que é um estudo técnico sócio /econômico que envolve toda comunidade. Para se ter ideia, o EIA/RIMA não sai em menos de um ano e meio. Tem que fazer uma consulta com as pessoas em torno, com as lideranças. Aí, nós apresentamos esse projeto de lei para simplificar. Terá a exigência da autorização da FEMARH, das licenças ambientais, mas será através de um processo simplificado. Isso resolveu a vida de muita gente. Muitas pequenas empresas hoje estão tranquilas. Estamos, neste momento, agora, avançando mais, e quero, desde já, me solidarizar com Vossa Excelência. Pode contar com o nosso apoio. E, digo mais, Roraima pode sim ser explorado na questão mineral desde que seja com autorização das autoridades competentes: federal e estadual, mas, de preferência, que possamos implementar

pequenos empreendimentos por forma de cooperativas. Essa história também que “não pode para os pequenos, mas que pode para os grandes conglomerados” ou “conglomerados internacionais ou nacionais com apadrinhamento político”, não é justo, tem que ser para todos. E uma das formas, até como distribuição de renda que eu vejo, Deputado Brito, são pequenas cooperativas formadas por garimpeiros dentro de um processo legal, regulamentado com todas as licenças para que, de fato, essa riqueza fique na mão do nosso povo, pois explorar essa riqueza e ir para Europa, para ir para os grandes centros do nosso país, na mão de uma ou duas pessoas ou na mão de um ou dois políticos que têm interferência nesse processo de mineração, não é interessante, é melhor deixar onde está.

Então, com certeza, a gente quer ajudar a construir essa lei que fomenta, em especial, os pequenos empreendimentos, as cooperativas dos garimpeiros. Era isso, Deputado Brito e conte com a gente.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Obrigado, Deputado Sampaio, peço a taquigrafia que insira o seu aparte no meu pronunciamento.

Deputado Sampaio, Vossa Excelência falou algo importante. Não se pode, de forma alguma, garimpar. O termo “garimpar” é como o termo “derrubar” para a indústria da madeira. Não se pode derrubar árvores, se pode colher árvores desde que se esteja preservando em um outro espaço. Não se pode garimpar, se pode minerar, porque garimpar é em desacordo com a legislação. O que nós temos que fazer é regulamentar o setor e Vossa Excelência disse algo certo, Agência Nacional de Mineração, ela emite portaria para qualquer pessoa, para a empresa que quer identificar a área propícia à exploração de minérios, para que mineradores possam explorar... Só não podemos fazer isso em áreas indígenas e em reservas florestais, em áreas da união, mas, nas demais áreas, nós podemos sim. Temos que desmitificar essa questão, sobretudo, na região norte do país que é a região mais rica, e na região de Roraima. Forças estranhas, Senhor Presidente, à classe política do estado, forças estranhas à classe econômica do nosso estado, forças estranhas à vontade do nosso povo colocaram isso como se fosse uma lei, que não se pode colher os recursos minerais, o maior potencial de recurso do nosso estado. Pode sim, e se deve, e tem legislação que dá condições para isso. Queremos aprimorar essa lei, Deputado Sampaio. Vossa Excelência já está convidado, através da sua comissão, para que possamos melhorar ainda mais essa lei, evoluir e autorizar, dar condições para esse setor que tanto precisa de amparo da classe política do nosso estado que é o setor de mineração.

No mais, Senhor Presidente, agradeço e me coloco à disposição para que Vossa Excelência permita, o quanto antes, para que nós possamos dar o *start* nesses procedimentos legislativos aqui nesta Casa, que é a Casa do Povo e que deve, tão somente, funcionar para produzir essas leis, em especial, atendendo a demanda desse setor tão importante para Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Deputado Brito, essa Presidência aguarda o Requerimento de Vossa Excelência para que ainda nesta Sessão possamos colocar em votação, para evoluir para Audiência Pública.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, gostaria de fazer um apelo à Mesa para que dê prioridade a um Projeto, criando a Fundação de Pesquisa. O Presidente do FINEP está em Boa Vista, em nosso estado, é o órgão que traz recursos para pesquisa no Brasil, e tem três milhões de reais à disposição, mas nós não temos a fundação e a gente vai perder se não a criarmos. O projeto está nas Comissões e pediria que vossa Excelência fosse sensível a essas causas importantes do nosso estado. Pediria prioridade nas Comissões, me parece que está na Comissão que o Deputado Brito é o Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Brito, qual é a Comissão que Vossa Excelência faz parte?

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Eu presido a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – É o onde está o Projeto do Deputado Joaquim, peço que a Comissão evolua e traga o projeto para o Plenário, para que possamos pautar amanhã.

Com a palavra o Deputado **George Melo** com o tempo de 20 minutos.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores nesta Casa, cumprimento o pessoal das redes sociais e telespectadores da TV Assembleia. Senhoras e Senhores, nesta manhã de hoje, quero tratar de um assunto extremamente importante no nosso estado. Questão da segurança. Hoje nós temos uma população totalmente dominada pelo crime organizado. As pessoas não saem mais de casa. Nós sabemos que o nosso presidio não segura ninguém lá. A informação que tenho é que, só nesse final de semana, 200 pessoas

se evadiram da Penitenciária Agrícola, juntamente com nossos irmãos venezuelanos que estão em nossa cidade. Nós sabemos que a população venezuelana que é esclarecida, que tem formação, está toda indo embora de Gol, TAM, ASATUR, AMATUR, EUCATUR. Em Roraima, só fica aquelas pessoas que o Chavez e o Maduro tinham para ganhar a eleição, que são os venezuelanos sem informação alguma. Menos de um por cento dos venezuelanos com formação fica em Roraima. Normalmente, o venezuelano que está aqui já está acostumado a viver essa vida há mais de 20 anos, pois eram mantidos pelo poder do estado e, hoje, essas pessoas estão aqui tocando o terror na cidade e dizendo que têm mais direitos que os brasileiros. Somando isso ao nosso problema com o crime organizado que hoje comanda a cidade, o resultado é que a população está extremamente insegura. Essas 400 vagas para a PM vão amenizar, mas também não vai resolver porque os carros da PM não têm gasolina para rodar.

Senhor Presidente, devo encaminhar ainda esta manhã um pedido, assim como no Rio de Janeiro, para que se tenha intervenção federal em nosso estado. Eu entendo que é o caminho para que a gente volte a ter ordem em nosso estado. Nós temos hoje uma insegurança completa, não podemos, de maneira nenhuma, fechar os olhos para isso, a população está com medo. Tenho amigos que dizem: George, eu vou trabalhar de bicicleta e não volto mais com a minha bicicleta, eu a encontro na rua em poder de um bandido e seja ele venezuelano ou brasileiro, eu não posso tomar a bicicleta e se eu chamar a polícia, ela não vai porque não tem gasolina no carro, e a própria polícia, muitas vezes, tem medo de tomar esse furto. Então, vocês vejam, só está faltando as pessoas andarem com o fuzil nas ruas. A única coisa que está faltando em nosso estado é as pessoas andarem com o fuzil nas ruas, porque o resto já está acontecendo. Tenho certeza do que estou falando, isso não é surpresa para ninguém que está ouvindo. Por isso, eu entendo que o único caminho para isso é uma intervenção federal e esta Casa tem que ter a responsabilidade para discutir isso. Tenho certeza, Deputado Valdenir, que não dá para fechar os olhos para isso, porque sabemos que o estado está de braços cruzados, quando tem viatura, não tem combustível, quando tem combustível não tem a viatura. Os homens são preparados? São preparados! Mas não podem sair correndo na rua a pé. E o pior, hoje os bandidos estão mais equipados do que a própria polícia.

Então, nesta manhã de hoje, não poderia deixar registrar a minha insatisfação, a minha indignação com o que vive a população de Roraima no quesito segurança, os outros nem vou falar mais. Toda Sessão eu falo de saúde, as pessoas estão morrendo lá, porque a única coisa que tem lá é água. Mas a questão da segurança é você ir e vir, muita gente que sai para trabalhar tem medo de voltar, ainda mais se estiver um pouco escuro. Então, estou registrando que daqui a poucos minutos estamos fechando um pedido de intervenção federal em nosso estado. Já pedi. Quero dizer também que ingressei com o pedido na Vara da Fazenda Pública, para que baixem o valor da inscrição do concurso da PM, já fiz isso e dentro de algumas horas estaremos recebendo, certamente, uma boa notícia. Não acredito que a justiça de Roraima vai fechar os olhos para essa maquinação que foi feita, para tirar as pessoas que estão estudando e não têm os 180 reais para pagar sua inscrição. São muitos pais que estão correndo da sala para cozinha, porque têm pais que têm mais de um filho, e o filho está estudando como louco há anos para fazer um concurso, e o Estado cobra 180 reais, que é praticamente 20% do salário mínimo. Isso se levamos em consideração que o pai tem um filho, e se ele tiver dois? Imaginem essa situação. Nós não podemos aceitar isso. Se é para colocar os melhores policiais na PM, que se dê oportunidade para todos, que coloquem um preço praticável. Tenho certeza que a grande maioria dos policiais que hoje estão lá, vieram de famílias humildes, não vieram de famílias de doutores, vieram de famílias humildes porque eles se esforçaram para passarem no concurso e hoje tem três vezes a mais concorrentes daquela época. Vamos tirar as pessoas que são humildes? Não podemos fazer isso. Se eu não conseguir sensibilizar a governadora, tenho certeza que a justiça vai decidir que se cobre um preço justo.

Senhoras e Senhores, eu quero ratificar a minha preocupação com a questão da segurança, não vou ficar calado e vou pedir uma intervenção federal, para que esta Casa aprove com responsabilidade o pedido de intervenção federal. Há pouco tempo nós éramos a única capital do Brasil onde o rico e o pobre ia para qualquer lugar e não era atacado por nenhum bandido. Hoje, no nosso estado, as pessoas, das mais simples, das mais humildes a mais poderosa deste estado, andam com medo, e com razão, por questão de insegurança e por incompetência desse governo. É por isso o meu pedido de intervenção federal. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum orador inscrito, passamos para Ordem do Dia, com discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Mensagem

Governamental de Veto nº 028/18, de veto parcial ao Projeto de Lei nº 022/18, que “altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 832, de 26 de dezembro de 2011, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 093/16, que “dispõe sobre a inclusão de intérprete da Língua e Sinais (LIBRAS), nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta ou Indireta e nas empresas concessionárias de serviços públicos”, de autoria do Deputado Zé Galeto; Projeto de Lei nº 163/16, que “denomina a Vicinal São Silvestre como Rodovia Estadual Raimundo Pinheiro e dá outras providências”, de autoria do Deputado Marcelo Cabral; Projeto de Lei nº 007/17, que “dispõe sobre a isenção do IPVA para as famílias em aquisição de veículos para transporte de deficiente físico e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jalsner Renier; Projeto de Lei nº 043/17, que “torna dispensável a exigência, pelo Poder Público Estadual, de autenticação de cópias, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Substitutivo ao Projeto de Lei nº 049/17, que “dispõe sobre a outorga de “Título de Cidadão Roraimense” aos nascidos no extinto território do Rio Branco e dá outras providências”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; Projeto de Lei nº 051/17, que “dispõe sobre a instalação de brinquedos para pessoas com deficiência em locais públicos”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 061/17, que “dispõe sobre a vacinação domiciliar das pessoas idosas e das pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda, com dificuldade de locomoção, doenças incapacitantes e degenerativas, com Síndrome de Down, pessoas com autismo e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jorge Everton; Projeto de Lei nº 063/17, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Vacinação no ato da matrícula escolar”, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; Projeto de Lei nº 076/17, que “determina procedimentos para a realização de cirurgia plástica reparadora de mama pela Rede Estadual de Saúde nos casos de mutilação total ou parcial decorrente de técnica de tratamento de câncer, bem como cirurgia de Mastoplastia Redutora em casos de seios excessivamente grandes e dá outras providências”, de autoria do Deputado Mecias de Jesus; Projeto de Lei nº 086/17, que “garante aos alunos das instituições públicas e privadas de ensino do estado de Roraima o acesso à água potável e filtrada e dá outras providências”, de autoria do Deputado Masamy Eda; Projeto de Lei nº 087/17, que “determina procedimentos para a realização de cirurgia plástica reparadora de lipoaspiração pós gastroplastia (bariátrica) pela rede Estadual de Saúde e dá outras providências”, de autoria do Deputado Mecias de Jesus; Projeto de Lei nº 088/17, que “institui no Calendário Oficial do Estado a “Virada Feminina”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 095/2017, que “assegura ao aluno diabético cardápio de alimentação escolar especial adaptados à respectiva condição de saúde”, de autoria do Deputado Marcelo Cabral; Projeto de Lei nº 102/17, que “institui o dia 24 de junho como o Dia do Quadrilheiro Junino no âmbito do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira; Projeto de Lei nº 103/17, que “assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, demonstrativos de consumos de energia elétrica, telefonia e do DETRAN em Braille”, de autoria do Deputado Naldo da Loteria; Projeto de Lei nº 015/18, que “institui o Dia do Músico Militar Estadual, considera como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Roraima a Banda de Música da Polícia Militar e dá outras providências”, de autoria do Deputado Oleno Matos e Deputado Soldado Sampaio; Projeto de Decreto Legislativo nº 005/18, que “declara de Utilidade Pública o Piquete General Bento Gonçalves”, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira; Projeto de Decreto Legislativo nº 007/18, que “declara de Utilidade Pública a Associação das Famílias de Portadores de Necessidades Especiais Brilhante Estrela da Manhã”, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira; Projeto de Decreto Legislativo nº 008/18, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima às pessoas que indica e dá outras providências”, de autoria do Deputado Coronel Chagas; Requerimento de Pedido de Informação nº 002/18, que “requer que seja solicitado à Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração - SEGAD, as seguintes informações: a) está sendo realizado algum desconto em folha de pagamento dos servidores do estado no tocante à previdência complementar? b) qual o instrumento jurídico que autorizou tal desconto?; e c) os possíveis descontos foram autorizados pelos referidos servidores?”, de autoria do Deputado Jorge Everton; Requerimento de Pedido de Informação nº 003/18, que “requer que o Governo do Estado informe a esta Casa Legislativa sobre a aplicação dos recursos recebidos do Governo Federal para desenvolvimento de assistência emergencial e acolhimento humanitário dos refugiados venezuelanos, os quais totalizam R\$ 190 milhões de reais”, de autoria do Deputado Izaías Maia; Requerimento de Pedido de Informação nº 004/18, que “requer que o Governo do Estado informe a esta Casa Legislativa

sobre a aplicação dos recursos recebidos do Governo Federal para auxiliar, em caráter suplementar, o transporte escolar dos alunos da educação básica pública residentes em área rural, por meio de assistência financeira”, de autoria do Deputado Izaías Maia; Requerimento de Pedido de Informação nº 005/18, que “requer que seja solicitado à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, as seguintes informações: a) a relação de beneficiados pela Lei nº 215/1998 dos últimos 05 (cinco) anos, contendo nome/razão social, CPF/CNPJ e atividade que desempenha; b) qual o valor do benefício obtido?; e c) qual o resultado (produção) obtido pelos referidos beneficiados?”, de autoria do Deputado Jorge Everton; Requerimento de Pedido de Informação nº 006/18, que “requer que seja solicitado da Diretora do Departamento de Vigilância Sanitária do Estado de Roraima cópia dos dois últimos relatórios de visitas ao Hospital Geral de Roraima, acompanhados de sugestões feitas pelo referido departamento”, de autoria do Deputado Jorge Everton; Requerimento de Pedido de Informação nº 007/18, que “requer que seja solicitado da Secretaria de Estado da Saúde cópia do contrato administrativo e seus respectivos termos aditivos (se houver) celebrado com a empresa ELO ENGENHARIA LTDA, no tocante à construção do Hospital das Clínicas, bem como seja solicitado, ainda, cópia integral do processo administrativo que culminou na contratação da empresa ELETROWOLTS LTDA, para realizar os reparos elétricos efetivados no último fim de semana”, de autoria do Deputado Jorge Everton; Requerimento nº 028/18, que “requer a realização de Sessão Especial para a entrega da Comenda Orgulho de Roraima aos integrantes e ex-integrantes do Programa de Erradicação e Resistência às Drogas e a Violência – PROERD, conforme Decreto Legislativo nº 057, de 12 de dezembro de 2017, aprovado nesta Casa”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; Requerimento nº 042/18, que “requer prorrogação de prazo por igual período para a Comissão Especial Interna criada através da Resolução nº 035/15, alterada pelas Resoluções nºs 004/2016, 029/2016, 022/2017, 033/17, e 038/17”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; Requerimento nº 044/18, que “requer prorrogação de prazo por igual período para a Comissão Especial Interna criada através da Resolução nº 014/17”, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; Requerimento nº 049/18, que “requer prorrogação de prazo por igual período para a Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 029/17, alterada pela Resolução nº 035/2017”, de autoria do Deputado Marcelo Cabral; Requerimento nº 050/18, que “requer prorrogação de prazo por igual período para a Comissão Especial Interna, criada através da Resolução nº 024/17”, de autoria do Deputado George Melo; Requerimento nº 052/18, que “requer a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral, no dia 14 de junho do corrente ano, às 10 horas, momento em que esta Casa Legislativa estará deliberando acerca do não pagamento das empresas terceirizadas por parte do Poder Executivo no estado de Roraima”, de autoria de vários Deputados; e Proposta de Moção de Pesar nº 009/18, aos familiares do Senhor Luís Feitosa Targino, falecido em 24 de maio, na cidade de Boa Vista/ Roraima.

Senhores Deputados, vamos votar um Requerimento a pedido do Deputado Soldado Sampaio. Tem um Projeto de Lei Ordinário nº 022/18 que tranca a pauta, que altera e acrescenta dispositivo a Lei nº 832/11 e dá outras providências.

Devo dizer aos Senhores, por destaque da matéria, o Deputado Sampaio enviou um Requerimento falando do projeto que está em pauta. Deputado, pedi destaque na votação no Projeto de Instituto Previdência do Estado, no artigo 28º, que aumenta a gratificação de atividade médica, onera a folha de pagamento daquele instituto, uma vez houve um acréscimo de 100% do valor da gratificação.

Quero dizer aos Senhores Deputados, para que possamos dar seguimento às votações, precisamos destrancar a pauta. Existe o pedido de destaque do Deputado Sampaio de um artigo do Instituto de Previdência.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede questão de Ordem - Senhor Presidente, esse projeto é autorizativo?

O Senhor Presidente **Jalsner Renier** – Não. Esse projeto é governamental. É oriundo do Executivo, ele veio a Veto. É um projeto que fala da valorização dos servidores do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, por meio de atualização do plano de carreira, cargos e remunerações.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, somente para esclarecer, me parece que houve um Veto ao dispositivo.

O Senhor Presidente **Jalsner Renier** – Somente um dispositivo ao artigo 28.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Dispositivo que foi vetado, que se pretendeu, através de emenda apresentada pelo legislativo, recrear a GAM, que foi extinta no governo, exclusivamente para os médicos do IPER.

O Senhor Presidente **Jalsner Renier** – Que é a divergência

que o Deputado Sampaio abre ao artigo 28. Deputado Sampaio, deseja discutir o seu destaque?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, de fato eu pedi um destaque na votação da GAM. Eu entendo que é uma gratificação legítima a esses servidores, são quatro médicos, isso não impacta nenhum real dentro executivo. O IPER tem o percentual dentro do seu recurso, dentro da sua receita própria, que é única e exclusiva, destinada ao pagamento de pessoal, ele não tem outra finalidade. Então o IPER tem recursos suficientes para pagar um bom salário aos seus servidores, de uma forma geral.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Então, Vossa Excelência quer fazer a supressão do artigo 28 pela proposta que fez?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Eu fiz a emenda e foi vetada pelo Executivo, e estou pedindo que seja derrubado o veto, o meu Requerimento é nesse sentido, na votação com destaque.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Vossa Excelência abre divergência sobre o Veto da Senhora Governadora sobre a questão.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Perfeito.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Eu quero me posicionar a respeito e gostaria que os colegas mantivessem o Veto Governamental. Os médicos fizeram o concurso sabendo do salário, sabendo do teto salarial e agora, para assumir, querem fazer esse tipo de coisa? É ilegal, porque depois o estado não vai mais poder fazer concurso, porque ninguém vai assumir, porque vão querer reajuste antes. Então, é melhor nós mantermos o veto da governadora. Vamos respeitar o que estava no edital e depois se trabalha nisso. Se eles não querem assumir, chamem os que ficaram no quadro de reserva. Eu só gostaria de pedir aos colegas... mas vamos tratar as coisas com seriedade porque é o estado de Roraima e a Assembleia Legislativa que estão em jogo. Obrigada, Presidente.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Presidente, só para esclarecer aos parlamentares, aos colegas que a GAM já foi extinta. Aqui nesta Casa nós já votamos pela extinção, então não existe mais, foi incorporada ao salário, aí estão pedindo a GAM que não existe, então, é diferente. Só para explicar aos colegas, uma questão até de consciência. É diferente o médico que vai atender no Hospital Coronel Mota, que vai atender no HGR. Há uma diferença muito grande em termos de atendimento, a carga horária, Presidente, é diferente. Eu peço aos colegas que a gente mantenha o veto, não por ser governo, mas por uma questão de coerência, respeitando um edital que foi feito, aprovado por esta Casa com valores que aí estão. O médico que não quiser atender no IPER, que se chame subsequentemente do quadro reserva.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Absolutamente coerente as indagações apresentadas pelo Gabriel Picanço. Eu também estou de acordo, entendo que se você presta concurso público para uma finalidade e você apresenta outro dispositivo para que aquele profissional possa entrar na carreira, que precisa ter um aumento logo no início, realmente é utópico você aprovar. Nós vamos enfrentar um concurso público aqui no dia 24 de junho, imagina que um cidadão passa no concurso e aí nós entendemos aqui que nós precisamos aumentar o salário antes de ele entrar para assumir as suas funções. Como é que ficam os outros concursados diante dessa situação? E o argumento do Deputado Joaquim é ainda mais convincente, porque entende que um médico do Coronel Mota, aquele médico que fica na cama junto com o paciente, é totalmente diferente daquele médico que vai assumir a responsabilidade junto ao IPERR, portanto eu entendo que é...

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem - Na verdade, a questão não é o aumento, é uma Lei que já existe e que já funciona no estado. Inclusive, nós demos aqui a mesma proporção dos médicos. Nós demos ao buco-maxilo e os médicos do IPER têm esse direito também. Então, tem uma lei que está respaldando. Não é assim, tem uma lei, não está se criando nada, já existe a lei. Isso é para que a lei seja colocada em vigor, só isso.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Eu só queria fazer adendo à colocação do Deputado Joaquim, foi dado a GAM 150%, de aumento de gratificação, quando foi feito o primeiro concurso público do estado. Foi dado aos médicos com dedicação exclusiva, não foram todos, quem tinha dedicação exclusiva recebia a GAM e quem não tinha recebia 150%, que era uma gratificação de atividade médica. Há um tempo nós fizemos uma emenda aqui incorporando os 150% a todos os médicos do Executivo. Eles têm um salário único. Já acabou a dedicação exclusiva. Eu já procurei a lei para trazer e não consegui. Agora, o IPERR é diferente, os médicos do IPERR, como alguém falou, eles estão fazendo o concurso agora, e ainda vão assumir. Eles vão apenas fazer perícia médica para aposentadoria, é uma outra situação.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - O Deputado Soldado Sampaio para discutir novamente o Requerimento e, em seguida, o

colocaremos em votação.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Senhor Presidente, de fato, para esclarecer, eu até entendi que os médicos tinham tomado posse e não tomaram posse. O pleito deles é legítimo, pode até não ter a legitimidade ainda para requerer, pelo fato de não terem tomado posse, mas a GAM, que é uma via para os servidores do quadro geral dos médicos, de forma geral, não deixou de existir, ela foi incorporada exatamente para incidir em contribuição previdenciária. Aquela coisa para que eles tenham uma aposentadoria digna. Então, não é verdade que a GAM foi extinta, ela foi apenas incorporada ao salário base. Uma coisa é extinção e outra coisa é incorporação. Quando tem incorporação, você não tem perda salarial. Então, nessa linha, eu vou retirar o meu pedido, não por entender que estou errado, é um direito legítimo dos servidores, o fato é que esses servidores ainda não tomaram posse e eu até então imaginei que eles tinham tomado posse. É um recurso proveniente do IPER, não tenho pacto nenhum no Executivo, não abre precedentes para demais carreiras do Executivo, porque é um recurso à parte. Está aí o professor João que foi conselheiro do IPER, sabe como é que funciona, tem um percentual do recurso do IPER que é destinado para pagar os salários dos servidores do IPER, que é uma autarquia independente. Nessa linha e por entender que ainda eles não tomaram posse, apenas na expectativa de posse, não tem a representatividade legítima enquanto servidor pelo fato de não terem tomado posse, mas se tivessem tomado posse, eu manteria o meu Requerimento por entender os trabalhadores, como sempre.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Bom, Vossa Excelência pode discutir, mas o Requerimento de Vossa Excelência já está retirado. O Requerimento de Vossa Excelência, a pedido do Deputado Sampaio, está retirado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Eu quero lhe parabenizar, Deputado Sampaio, pela sua sensibilidade e pelo seu Requerimento, pela legitimidade do concurso. Então, Vossa Excelência está de parabéns pelo entendimento de retirar o seu documento. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Vamos votar o Veto, sem o destaque apresentado pelo Deputado Sampaio.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário Deputado Marcelo Cabral que faça a leitura de relatório. O entendimento da maioria dos Senhores Deputados é para manter o Veto Governamental.

O Senhor Primeiro Secretário **Marcelo Cabral** - (Lido o Relatório de Mensagem Governamental 028/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir em votação. A votação será eletrônica. Votando sim, os Senhores Deputados acatam o veto governamental, votando não, os Senhores Deputados rejeitam o veto governamental.

Lembrando que o entendimento da maioria é pelo sim, para manter o veto governamental. Liberado o painel para votação.

Com a palavra o Deputado George Melo para encaminhar.

O Senhor Deputado **George Melo** - Senhor Presidente, eu peço a meus colegas que votem contra o veto, levando em consideração tudo o que foi apresentado. Eu gostaria que os Deputados da outra legislatura tivessem a mesma compreensão de agora, porque quando eles votaram para que os procuradores ganhassem igual a juiz, quebraram o estado. Quando votaram para delegados ganharem igual a juiz, nisso sim, quebraram o estado; quando votaram para defensores ganharem igual a juiz, nisso sim, quebraram o estado. Agora, quatro médicos, não dá para eu entender isso. Então, eu estou contrariado. Sei que vamos perder a votação, mas nós vamos votar não ao veto.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Senhor Presidente, o Deputado George Melo falou em buco-maxilo. O buco-maxilo opera, ele vai para urgência em hospital público, é diferente, Senhor Presidente, um médico do IPER faz um atendimento de três ou quatro pessoas, é diferente de quem vai para o Hospital Geral, para o Hospital Coronel Mota, é uma questão de consciência, esse dinheiro não é o dinheiro do estado, é o dinheiro do servidor público. Esse dinheiro vai fazer falta lá na frente. O médico fez concurso com um salário publicado no edital com este valor, não é justo, é uma questão de coerência.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** pede Justificativa de Voto – Senhor Presidente, eu fui a relatora dessa matéria e o entendimento não era esse. O entendimento é que médico é médico em qualquer lugar. Portanto, vou continuar com meu posicionamento do relatório, são apenas quatro médicos e não é que atendem só três ou quatro pessoas, mas é a nossa vida profissional que vai estar nas mãos desses quatro médicos, e médico é uma profissão, qualquer que seja a sua função, é uma simetria de direitos, igualdade de direitos. Não interessa se eu sou defensora pública da família ou se sou defensora pública da execução penal. Sou defensora

pública. Então, médico é médico. Se eu vou atender três ou quatro ou se vou atender multidão, é a minha especialidade. Então, eu defendo sim os médicos do IPERR, são apenas quatro, mas acredito que se trata de simetria de direitos. Médico é médico em qualquer lugar ou em qualquer especialidade.

O Senhor deputado **Soldado Sampaio** pede Justificativa de Voto – Na mesma linha da Deputada Lenir médico é médico, merece é justo, mas eles vão ter que tomar posse, quando eles tomarem posse é um compromisso meu trazer para esta Assembleia, seja qual for o governo ou com a reeleição da nossa governadora Suely Campos, nós vamos trazer para cá um Projeto de Lei reconhecendo os médicos. Agora essa brecha dá um direito a mudar uma regra antes dos camaradas tomarem posse, isso abre um precedente enorme no nosso estado, esta é a minha preocupação, mas defendo a bandeira dos médicos, acho justo receberem um bom salário. O IPERR tem como pagar e eles são merecedores.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** pede Justificativa de Voto – Em questão de respeito a simetria como a deputada Lenir falou, não vou seguir a orientação do governo e vou votar não.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Votação encerrada. Dou por mantido o veto parcial ao Projeto de Lei nº 022/18, por 7 votos favoráveis, 9 contrários e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 052/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Requerimento nº 052/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Senhores Deputados, este foi o Requerimento que pedimos para fazer, a partir das colocações proferidas pelo eminente Deputado Marcelo Cabral sobre o não pagamento das empresas terceirizadas do estado de Roraima. Estamos tratando de uma reunião aqui no plenário da Assembleia, quinta-feira, a partir das 10 horas da manhã, com todos os proprietários das empresas terceirizadas que estão sem pagamento ao longo dos anos. Já peço a assessoria técnica desta Casa que faça o convite ao Secretário da Fazenda, ao Secretário de Planejamento e também a Senhora Governadora, para que possamos ouvir a posição do estado diante da crise que assola as empresas terceirizadas de Roraima.

Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, o Requerimento nº 052/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 006/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 006/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos deputados presentes, o Requerimento de Pedido de Informação nº 006/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 005/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 005/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, o Requerimento de Pedido de Informação nº 005/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 004/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 004/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos deputados presentes, o Requerimento de Pedido de Informação nº 004/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 002/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 002/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o

Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, o Requerimento de Pedido de Informação nº 002/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 028/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Requerimento nº 028/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos deputados presentes, o Requerimento nº 028/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 044/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Requerimento nº 044/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, o Requerimento nº 044/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 042/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Requerimento nº 042/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, o Requerimento nº 042/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 007/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 007/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, o Requerimento de Pedido de Informação nº 007/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 049/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Requerimento nº 049/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, o Requerimento nº 049/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 050/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Requerimento nº 050/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, o Requerimento nº 050/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 009/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lida a Proposta de Moção de Pesar nº 009/18).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a Proposta de Moção de Pesar. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, a Proposta de Moção de Pesar nº 009/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura

da Proposta de Moção de Pesar nº 009/18.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, pediria licença a Vossa Excelência, pois vai ter uma reunião com a FINEP, lá na Universidade Federal sobre esse meu projeto que está tramitando na Casa, então, o Presidente da FINEP está na Universidade Federal, por isso peço licença para sair do recinto.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Pois não, Deputado Joaquim Ruiz, sem problema.

Continuando a Ordem do Dia, solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 093/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – (Lido o Projeto de Lei nº 093/16).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. A votação será nominal e eletrônica. Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 093/16, por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 163/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – (Lido o Projeto de Lei nº 163/16).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. A votação será nominal e eletrônica. Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 163/16, por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 043/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – (Lido o Projeto de Lei nº 043/17).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. A votação será nominal e eletrônica. Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 043/17, por 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 049/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – (Lido o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 049/17).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. A votação será nominal e eletrônica. Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 049/17, por 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Esta Presidência registra, com muita satisfação, a presença da Vereadora Duda, do município de Caroebe e o não menos importante Vereador Maquile, do município do Bonfim e o Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Pacaraima, Vereador Emanuel.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Quero, na mesma linha do Senhor, cumprimentar o Vereador Jala, do município de Iracema, o David e a esposa do vereador que está presente na nossa Sessão Legislativa.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Encerrada a votação. Dou por aprovado, com emenda, o Projeto de Lei nº 049/17 por 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 051/17, que “dispõe sobre a instalação de brinquedos para pessoa com deficiência em locais públicos”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – (Lido o Projeto de Lei nº 051/17).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. A votação será nominal e eletrônica. Solicito a abertura do painel para votação.

Encerrada a votação. Dou por aprovado, com emenda, o Projeto de Lei nº 051/17 por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 061/17 e do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – (Lido o Projeto de Lei nº 061/17 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu peço atenção dos colegas, pois esse é um projeto que tem por objetivo auxiliar as pessoas que tem dificuldade com locomoção, pessoas deficientes. Muitas vezes, a campanha inicia e não tem como as pessoas irem até o local de vacinação.

E esse nosso projeto visa imunizar para evitar doenças e melhorar ainda mais o índice de vacinação no nosso estado. Eu peço aos colegas que nos ajudem a aprovar o projeto, obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum deputado que queira discutir a matéria, está em votação. A votação será nominal e eletrônica. Solicito a abertura do painel para votação.

Encerrada a votação. Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 061/17 por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Neste momento, passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Hoje, no SESI, foi lançado uma campanha mundial “100 milhões por 100 milhões”, e hoje é o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil cujo símbolo é um cata-vento. Essa iniciativa de “100 milhões por 100 milhões” é uma iniciativa de prevenção para erradicação do trabalho infantil. É realizada pelo Congresso Nacional, Senado e Câmara Federal, junto com a sociedade civil, mas no sentido de que todos se engajem numa plataforma de cidadãos e cidadãs com foco na juventude para combatermos essa questão.

Queremos parabenizar todas as entidades envolvidas, queremos, realmente, combater o trabalho infantil e inserir as crianças e os adolescentes em total vulnerabilidade na questão da educação. E nós ainda temos, infelizmente, aqui no estado de Roraima, crianças fora da escola. Há poucos meses, fiz um requerimento solicitando ao governo do estado a criação de uma escola no Sakamuta, município de Pacaraima, exatamente por termos crianças e adolescentes, em idade escolar, fora da sala de aula. Essa campanha é necessária para que desperte as autoridades e os cidadãos e cidadãs comprometidos com a educação para que façamos parte desta grande mobilização social.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, com relação ao restante da pauta da Ordem do Dia, visto que temos tantos outros projetos e ficamos tanto tempo parados... temos projetos importantes a serem votados, projeto de minha autoria.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – O projeto de Vossa Excelência está pautado para amanhã.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, já que não houve quórum para reunirmos a Comissão de Terras, hoje, e temos uns amigos do Mucajai aqui hoje....

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Nome dos Deputados da comissão?

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Eu já vou convidá-los para reunião amanhã: Deputados Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Jânio Xingu, Mecias de Jesus e os demais, para uma reunião amanhã. É uma situação importante que a Comissão precisa discutir e eu gostaria de convidá-los antecipadamente, sem falta, aqui no plenário da Assembleia Legislativa, para ouvirmos os amigos lá de Mucajai. Quero também, em nome do Deputado Ivo Som e da Vereadora Duda, cumprimentar todos os presentes em plenário.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, esta Casa, há cerca de 30 dias, suspendeu o convênio existente entre o estado de Roraima, Detran, Prefeitura Municipal de Boa Vista e Secretaria Municipal de Trânsito, para que neste período de 120 dias esta Casa promova debates, audiências públicas para tratar deste assunto; e foi nomeada hoje, através de resolução da Mesa Diretora, a Comissão que será encarregada dessas audiências públicas. E eu convido os Senhores Deputados membros da Comissão para que possam se reunir e definir quem será o presidente, vice-presidente, relator, e estabelecer a programação das atividades, Deputados Valdenir, Lenir Rodrigues, Zé Galeto, Oleno Matos e Soldado Sampaio, para juntos podermos deliberarmos sobre essa determinação da Mesa Diretora.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Quero informar aos Senhores Deputados que quinta-feira teremos uma audiência pública sobre as terceirizadas do estado de Roraima e o não pagamento das mesmas. Neste momento, estamos convidando o Secretário da Fazenda e o Secretário do Planejamento e enviaremos o convite também à Senhora Governadora para participar desta reunião.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, e convoco outra para o dia 13, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 0413/2018

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do servidor **JOSÉ FÁBIO DE SOUSA POLICARPO**, para viajar ao Município de Alto Alegre/RR, no dia 25.07.2018 com retorno no mesmo dia, para realizar serviço deste Poder, **sem ônus de diárias** para esta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 25 de julho de 2018.

ANDREIVE RIBEIRO DE SOUSA

Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0414/2018

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do servidor **João Carlos Oliveira das Neves**, que viajará para os Municípios de Rorainópolis/RR e São João de Baliza/RR, com saída no dia 27.07.2018 e retorno no dia 28/07/2018, para realizar serviço pertinentes a esta Casa Legislativa

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 25 de julho de 2018.

ANDREIVE RIBEIRO DE SOUSA

Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0415/2018

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Convalidar o afastamento do servidor **João Carlos Oliveira das Neves**, que viajou para o Município de Alto Alegre/RR, no dia 24.07.2018 com retorno no mesmo dia, para realizar serviço deste poder, **sem ônus de diárias** para esta Casa Legislativa

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 25 de julho de 2018.

ANDREIVE RIBEIRO DE SOUSA

Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0416/2018

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para fazerem parte da Comissão que analisará o Processo nº. 0531/2017, para apurarem eventuais valores devidos à Contratada (serviços de Engenharia para adequação arquitetônica de acessibilidade nesta Casa de Leis), em virtude da Rescisão Unilateral do Contrato nº. 063/2017/ALE/RR.

- Walison Tome Brígida – Matrícula 15795 (Presidente);

- Mikhail Nobrega Pinto – Matrícula 19441 (Membro); e

- Jordânia Conceição Souza Cavalcante – Matrícula 14591 (Membro).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 25 de julho de 2018.

ANDREIVE RIBEIRO DE SOUSA

Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0417/2018

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Designar o servidor abaixo para exercer a função de fiscal dos contratos firmados entre este poder e as empresas contratadas, conforme o Art. 67 da Lei 8666/93.

Nº do Processo	Contratado	Objeto	CPF/ CNPJ	Fiscal de Contrato
0164/2017	-RJP EMPREENDIMENTOS EIRELLI – EPP -R. C. DE AGUIAR EIRELLI - ME	Eventual aquisição de materiais de expediente, gênero de alimentação, limpeza, higienização, acondicionamento, com fito de atender as necessidades administrativas da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.	12.092.312/0001-51 22.828.181/0001-81	FISCAL: - Hainá Santos Moura Matricula: 20602

Art. 2º Fica Revogada a Resolução nº. 0303/2018.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir de 18 de julho de 2018.

Palácio Antônio Martins, 26 de julho de 2018.

ANDREIVE RIBEIRO DE SOUSA

Superintendente Geral

